

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DISSERTAÇÃO

**O FETICHE DA PRÁTICA COMO ELEMENTO NORTEADOR DA
MEDIAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE FAETEC**

Vanessa Soares Teixeira da Silva

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

O FETICHE DA PRÁTICA COMO ELEMENTO NORTEADOR DA
MEDIÇÃO ENTRE A ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE FAETEC

VANESSA SOARES TEIXEIRA DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Dr. José dos Santos Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.
Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Seropédica, RJ / Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586f Silva, Vanessa Soares Teixeira da, 1993-
O fetiche da prática como elemento norteador da
mediação entre a escola e o mundo do trabalho na
formação profissional da Rede FAETEC / Vanessa Soares
Teixeira da Silva. - Seropédica (RJ); Nova Iguaçu
(RJ), 2019.
70 f.: il.

Orientador: José dos Santos Souza.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
, 2019.

1. Curso Superior de Tecnologia. 2. Educação
Profissional. 3. Estágio Supervisionado. 4. Trabalho
e Educação. I. Souza, José dos Santos, 1966-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES**

VANESSA SOARES TEIXEIRA DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/02/2019.

Jose dos Santos Souza. Dr. UFRRJ
(Orientador)

Miriam Morelli Lima. Dra. UFRRJ

Jussara Marques de Macedo. Dra. UFRJ

*Para Ana Júlia,
que me inspira a viver.*

AGRADECIMENTOS

Ingressar no PPGEDUC foi uma das minhas melhores conquistas e viver experiências de aprendizagem durante esses dois anos de pesquisa me faz hoje uma pedagoga muito mais autêntica com uma prática pedagógica com maior significado.

Tudo isso foi possível por encontrar pessoas comprometidas com o seu trabalho e com o desenvolvimento científico do país, uma delas é o meu orientador José dos Santos Souza, que me impulsionou desde a inscrição no processo seletivo até o último instante a prosseguir e superar as minhas dificuldades, me dando todo suporte necessário.

Agradeço também ao meu grupo de pesquisas GTPS, que sempre foi primordial para a minha formação, pois proporcionou estudos, discussões e vivências acadêmicas imprescindíveis.

Agradeço aos meus companheiros de orientação, Igor, Fabíola, Alex, Bruno, Rodrigo, Célia, Paula, Gabriel, Henrique, Laís e Nelma que nas reuniões de orientação coletiva sempre me ensinaram com suas experiências e em momentos de dificuldades sempre tiveram uma palavra amiga.

Agradeço aos membros da banca de qualificação e defesa, José, Miriam e Jussara, que se disponibilizaram a ler o meu trabalho com todo cuidado e carinho para trazer contribuições para enriquecê-lo e para meu desenvolvimento enquanto pesquisadora.

Agradeço em especial aos meus pais, José e Ednéia, que embora nunca tenham pisado em uma universidade, sempre acreditaram e depositaram suas esperanças em mim, me ajudando em tudo o que era possível.

Aos meus irmãos, Bruno e Juliana, que sempre me deram todo o apoio, muitas vezes cuidaram de minha pequena quando eu estava ausente e sonharam junto comigo.

Agradeço a duas pessoas muito importantes em minha vida, uma delas meu companheiro, Rodrigo, que foi muito amigo e paciente nesse momento difícil e necessário do mundo acadêmico, demonstrando muito amor e carinho. E a Ana Júlia, minha princesa encantadora, que me impulsiona a superação de todas as dificuldades e a luta por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Agradeço aos professores do PPGEDUC, que me ensinaram ao longo de dois anos conhecimentos necessários ao meio acadêmico e a vida. Professores que fazem com que a UFRRJ continue uma universidade pública, gratuita de qualidade.

Por último agradeço ao povo brasileiro que ao pagar seus impostos financia a universidade pública, espaço infelizmente privilegiado, que em sua maioria não conseguem usufruí-lo.

RESUMO

SILVA, Vanessa Soares Teixeira da. **O fetiche da prática como elemento norteador da mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação profissional da Rede FAETEC.** Seropédica (RJ); Nova Iguaçu (RJ), 2019. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

Em meio à crise orgânica do capital e intensificação da precariedade do trabalho, a formação do trabalhador sofre mudanças que afetam todas as esferas da educação, inclusive a educação profissional, que redefine seu caráter de educação dualista e interessada e também o novo tipo de trabalhador, com novos atributos, como: capacidade polivalente, disponibilidade flexível, mobilização para o protagonismo social, preocupação com a manutenção permanente de sua empregabilidade e postura empreendedora. Assim, na medida em que avança a precariedade do trabalho e da vida em sociedade, para mediar o conflito de classes, o Bloco no Poder aciona medidas para educar os trabalhadores para a nova realidade do trabalho, da produção e das relações de poder na sociedade. Na perspectiva de formação de novos atributos no trabalhador de novo tipo, percebe-se certa mudança na concepção e no desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado na formação de técnicos e tecnólogos, de modo a tornar estas atividades cada vez mais idênticas às condições de trabalho precário. Em que pese as dificuldades de realização do estágio, essa atividade tem sido a mais utilizada nas instituições de ensino para mediar o ambiente de educação profissional com o ambiente de trabalho, sob argumento de que são essenciais para a formação do trabalhador. Frente a este contexto, elegemos como objeto de análise as concepções de estágio supervisionado expressas no discurso institucional das unidades de ensino da rede de escolas de educação profissional e tecnológica do estado do Rio de Janeiro, ou seja, as escolas vinculadas à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Nosso foco de análise é a forma como estas instituições tratam a relação entre teoria e prática na formação do técnico e do tecnólogo e como este tratamento se expressa no encaminhamento das atividades de estágio supervisionado. Nosso objetivo é verificar a pertinência de que a mediação entre escola e mundo do trabalho expressa no trabalho formativo da Rede de instituições da FAETEC está orientado para a conformação das camadas subalternas para o desemprego e para o trabalho precário. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisas de tipo documental, que se utiliza de documentos oficiais como instrumento de coleta de dados (PDI, PPI, PPC, relatórios de gestão, site institucional etc). Espera-se com esta investigação compor um quadro de referências teóricas que contribua para a compreensão mais objetiva do trabalho educativo no campo da educação profissional e tecnológica no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; Ensino Técnico; Ensino Superior Tecnológico; Educação Profissional.

ABSTRACT

SILVA, Vanessa Soares Teixeira da. **The fetish of practice as a normative element of mediation between the school and the world of work in the training of the FAETEC network.** Seropédica (RJ); Nova Iguaçu (RJ), 2019. 70 p. Dissertation (Master in Education) – Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands, Federal Rural University of Rio de Janeiro, 2019.

In the midst of the organic crisis of capital and the intensification of precariousness of work, the formation of the worker undergoes changes affecting all spheres of education, including professional education, which redefines his character of dualistic and interested education and also the new type of worker, with new attributes such as: multi-purpose capacity, flexible availability, mobilization for social protagonism, concern with the permanent maintenance of their employability and entrepreneurial posture. Thus, as the precariousness of work and life in society advances, to mediate class conflict, the Power Block triggers measures to educate workers to the new reality of work, production, and power relations in society. In the perspective of the formation of new attributes in the new type worker, there is a certain change in the conception and development of supervised training activities in the training of technicians and technologists, in order to make these activities increasingly similar to precarious working conditions. In spite of the difficulties of performing the internship, this activity has been the most used in educational institutions to mediate the professional education environment with the work environment, on the grounds that they are essential for the training of the worker. Against this background, we chose as object of analysis the conceptions of supervised internship expressed in the institutional discourse of the units of education of the network of schools of professional and technological education of the state of Rio de Janeiro, that is, the schools linked to the Foundation of Support to the Technical School (FAETEC). Our focus is the way these institutions treat the relationship between theory and practice in the training of the technician and the technologist and how this treatment is expressed in the routing of the training activities. Our objective is to verify the pertinence that the mediation between school and work world expressed in the formative work of the Network of institutions of the FAETEC is oriented to the conformation of the subaltern layers for the unemployment and the precarious work. This is a basic research, of qualitative analysis, of an explanatory nature, which falls into the category of documentary type research, which uses official documents as a data collection instrument (PDI, PPI, PPC, management reports, institutional website etc). It is expected that this research will compose a theoretical framework that contributes to a more objective understanding of the educational work in the field of professional and technological education in Brazil and Latin America.

Keywords: Supervised training; Technical education; Higher Technological Education; Professional education.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	→	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETEP	→	Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante
CNPq	→	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVT	→	Centro Vocacional Tecnológico
DIVEST	→	Divisão de Estágio
EAT	→	Escola de Artes Tecnológica
ENEM	→	Exame Nacional do Ensino Médio
FAETEC	→	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAETERJ	→	Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro
FAPERJ	→	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP	→	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FHC	→	Fernando Henrique Cardoso
FIC	→	Formação Inicial e Continuada

GIDE	→ Gestão Integrada da Escola
GTPS	→ Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Política e Sociedade
ISEPAM	→ Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert
ISERJ	→ Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro
LDB	→ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	→ Ministério da Educação
PIBIC	→ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
SECT	→ Secretaria do Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
SETEC	→ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCH	→ Teoria do Capital Humano
UFRRJ	→ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Cursos técnicos de nível médio por eixo tecnológico.....Pág. 26
- Quadro 2** – Cursos superiores por instituição de ensino e local.....Pág. 28
- Quadro 3** – Cursos de pós-graduação.....Pág. 29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. SOBRE O PROBLEMA E O OBJETO DE ESTUDO	15
1.1. O Problema da Pesquisa	15
1.2. Delimitação do Objeto de Estudo	21
1.3. Justificativa	30
1.4. Procedimentos Metodológicos	30
1.5. O caminho Investigativo	32
1.6. Referências Teóricas e Conceituais da Análise	33
1.7. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados	34
2. DETERMINANTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA ANÁLISE	35
2.1. Crise Orgânica do Capital, Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado	35
2.2. Os Impactos da Recomposição do Capital na Educação Brasileira	41
2.3. A educação Profissional no Brasil	45
2.4. Estágio Supervisionado, Filosofia da Práxis e Fetiche da Prática	48
3. O FETICHE DA PRÁTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA REDE FAETEC	51
3.1. Ensino Técnico de Nível Médio: ETE República	51
3.1.1. Regimento Norteador das Unidades Escolares da Educação Básica/Técnica da Rede FAETEC	52
3.1.2. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	53
3.2. Ensino Superior Tecnológico: FAETERJ - Rio	54
3.2.1. O Manual do Aluno	55
3.2.2. Regimento Interno	55
3.2.3. Matriz Curricular	58
3.2.4. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia	60
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem sua origem na atividade de iniciação científica, financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, posteriormente, pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), durante o período de outubro de 2014 a junho de 2016.

O ponto de partida de nossa análise consiste no processo de intensificação da precariedade do trabalho, resultado da recomposição burguesa diante da crise orgânica do capital. Trata-se de um contexto em que a educação é acionada pelo capital não só para formar o trabalhador de novo tipo para atender aos novos requisitos de produtividade e competitividade das empresas, mas também para conformá-la aos novos parâmetros de relação entre Estado e sociedade (SOUZA, 2017). Neste sentido, são acionadas inúmeras mudanças na gestão do trabalho escolar e do currículo, bem como nos princípios, objetivos e metas da educação, de modo a adaptar os sistemas educacionais ao novo padrão de acumulação flexível e de condições renovadas de mediação do conflito de classes (SOUZA, 2017).

A educação profissional, que tem por função capacitar tecnicamente jovens e adultos para o exercício de atividades produtivas, tem seu caráter interessado e imediatista acentuado, de modo combinado com intensificação da precariedade das condições de trabalho pedagógico, o que se traduz em uma formação para o trabalho alienado.

O perfil do trabalhador também se modifica, incubem-se a ele novas exigências como trabalhador flexível e empreendedor, sempre disposto a encarar

com naturalidade as mudanças cada vez mais aceleradas no trabalho e na produção (SOUZA, 2015).

Nesta perspectiva, tomamos como objeto de estudo, a mediação entre o ambiente escolar e o mundo do trabalho na formação do profissional tecnológica, especificamente aquela que se materializa por intermédio das atividades de estágio supervisionado. Tais atividades são as mais recorrentes e as que enfrentam maiores dificuldades de realização que, na maioria das vezes, chegam a comprometer os objetivos e metas do curso. Nosso objetivo é identificar as concepções acerca da relação entre teoria e prática no desenvolvimento de atividades de estágio supervisionado na formação profissional tecnológica desenvolvida pela Rede de Escolas Técnicas vinculadas à Fundação de Apoio ao Ensino Técnico (FAETEC), órgão da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (SECT).

A dissertação possui três capítulos, no primeiro capítulo, preocupamo-nos em situar o problema de pesquisa e delimitar o objeto de análise, etapa em que apresentamos a realidade do objeto de estudo, os procedimentos metodológicos da análise e a relevância científica e social; no segundo, fazemos uma contextualização sócio-histórica do objeto de estudo, Tomando a crise orgânica do capital e suas estratégias para manutenção de sua hegemonia, a reforma do Estado e a redefinição de sua relação com a sociedade civil, fases de reflexão são importantes para compreender a orientação das políticas públicas como um todo, dando um foco maior nas políticas sociais para a Educação, no nosso caso, a educação profissional para enfim chegar a Rede FAETEC e no último, fazemos a análise do objeto e apresentamos os resultados da pesquisa que nos revelam como ocorre de fato o estágio supervisionado na Rede FAETEC e num âmbito maior como a educação profissional trata teoria e prática na formação do trabalhador.

1. SOBRE O PROBLEMA E O OBJETO DE ESTUDO

Neste primeiro capítulo apresentaremos a estrutura da pesquisa, as principais questões acerca do objeto investigado e seus desdobramentos bem como problema, objetivos, hipótese e metodologia da pesquisa. Inicialmente apontamos o contexto em que nosso objeto de estudo está inserido para após centrarmos esforços para compreender o nosso objeto propriamente dito.

1.1. O PROBLEMA DA PESQUISA

Em uma sociedade de classes que apresenta uma realidade desigual, partimos do pressuposto de que a educação é um campo em disputa e de que existem concepções distintas de educação que estão vinculadas intrinsecamente a forma como dois grupos concebem o trabalho: capital e classe trabalhadora (SOUZA, 2002, p. 17; FRIGOTTO, 1989, p. 18). Segundo Souza (2002), existem duas concepções de educação na sociedade de classes, sendo uma delas a concepção da ótica do capital e outra da ótica do trabalho¹. Tomando o trabalho como princípio educativo, nós também utilizaremos esses termos para referendar nossa análise acerca das concepções de educação durante o desenvolvimento deste trabalho. Para isso, esclarecemos a seguir a definição de educação, segundo a ótica do capital, e educação, segundo a ótica do trabalho.

Educação, segundo a *ótica do capital*, corresponde a uma visão vinculada à utilização da força de trabalho para a produção de mais-valia, a que Gramsci (2014) chamaria de *educação interessada do trabalho*, pautada em interesses imediatos e pragmáticos. Nesta perspectiva, o projeto educacional se

¹ É importante salientar que o autor chegou a essas conclusões tomando como referência a concepção de formação do trabalhador com base na práxis material em Marx (1970, 1990 e 1994; Marx e Engels, 1972 e 1989) relacionando Trabalho e Educação (SOUZA, 2002, p. 15).

limita aos conhecimentos técnicos de uma determinada área de conhecimento para inserção imediata do indivíduo no mercado de trabalho.

Educação, segundo a *ótica do trabalho*, corresponde à visão de educação vinculada à utilização da força de trabalho para a produção de valor de uso, isto é, uma educação desinteressada do trabalho. Nesta perspectiva, o projeto educacional deve voltar-se para a formação humana estendendo-se de conhecimentos técnicos de uma determinada área até conhecimentos básicos para a vida em sociedade, tomando o trabalho como princípio educativo, resgatando o fundamento do trabalho e encarando o ser humano como omnilateral, ou seja, trata-se de uma educação voltada para a emancipação humana (SOUZA, 2002, p. 17; p. 60). Um exemplo de proposta de educação segundo a ótica do trabalho é a escola unitária de Gramsci que se contrapõe a todos os interesses do grande capital, o qual sempre destinou à classe trabalhadora um ensino interessado, imediatista e pragmático.

No capitalismo, o trabalho apresenta diferentes aspectos de contínua precariedade. Com o passar dos anos, a intensificação da precariedade do trabalho é inevitável, ainda que avance o aparato científico e tecnológico da produção. É justamente esse avanço científico e tecnológico que tem demandado do trabalhador novas competências laborais para atender aos requisitos de produtividade e competitividade das empresas, frente ao acirramento da internacionalização da economia. Esta maior necessidade de qualificação profissional, no entanto, não tem vindo acompanhada do desenvolvimento da consciência crítica do trabalhador. Ao contrário, a formação profissional e tecnológica que se desenvolve nesse contexto tem assumido muito mais a tarefa de formar o trabalhador para encarar com naturalidade as mudanças e instabilidades do estágio atual do capital e de suas relações de trabalho e de produção (SOUZA, 2018b).

Assim como as outras modalidades de ensino, a Educação Profissional passa por mudanças substantivas, porém, mantém e reforça seu caráter interessado, imediatista, pragmático e fragmentário (SOUZA, 2018b). É esta a educação que o bloco no poder destina prioritariamente à classe trabalhadora, de modo a ratificar o caráter dualista da educação brasileira.

A atividade de estágio supervisionado tem se identificado com tal situação, conforme já detectamos na visão contraditória que os estudantes possuem acerca do estágio que, apesar dos problemas enfrentados para sua realização, o consideram essencial para a formação, a ponto de considerar a atividade prática superior a teórica (SILVA, 2016).

O trabalho educativo da Rede de Educação Profissional e Tecnológica da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) se estruturou nesse contexto. Na realidade, tal estruturação é decorrência de toda uma iniciativa de indução do Governo Federal para que os estados da federação ampliassem sua oferta de educação profissional e tecnológica em caráter mais focado, mais afinado com as demandas do mercado, tal como se espera de uma perspectiva de formação humana pragmática, imediatista e interessada, em contraposição a uma perspectiva unitária de formação humana (SOUZA, 2018, p. 128). Neste aspecto, é oportuno compreender como este trabalho educativo da Rede FAETEC se desenvolve, tomando como referência empírica a mediação entre a escola e o mundo do trabalho existente na formação profissional e tecnológica que ali se desenvolve.

Qual o significado sócio-histórico dessa Rede de Ensino? O que determinou sua origem e seu desenvolvimento nas últimas décadas? Será que, de fato, esta Rede de Ensino tem impacto social que o discurso oficial apregoa? Qual será, então, sua relevância para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro? As respostas a estas questões nos permitirá apreender a relevância desta Rede de Ensino e verificar se esta justifica o discurso oficial que lhe aponta como uma das melhores redes de ensino profissional e tecnológico do país embora este não seja o objetivo da pesquisa é inevitável levantar estas questões e procurar respondê-las (Cf.: FAETEC, 2018).

Completamente afinado com o mercado de trabalho, o estágio acontece dentro dessa mesma lógica, pois tem sido para os empregadores uma forma de contratar mão de obra barata sem precisar arcar com direitos trabalhistas e previdenciários (MARTINS; REIS, 2012).

Numa pesquisa concluída em 2016 em que analisamos as concepções discentes acerca do estágio supervisionado (SILVA, 2016), levantamos dados que

mostram que, na percepção dos estudantes, a atividade de estágio é um momento extremamente relevante para sua formação, uma vez que valida suas competências e garante a empregabilidade necessária para o mercado de trabalho, conforme a afirmação:

Podemos dizer também que, alguns estudantes além de estabelecerem uma cizão entre teoria e prática, hierarquizam a prática em detrimento da teoria considerando o estágio como validador da teoria e, em alguns casos, até mesmo validador da formação. Denominamos este endeusamento como Fetiche da Prática, o que se expressa nas seguintes afirmações dos estudantes ao definirem estágio supervisionado: “Uma maneira de aprender além do curso técnico”; “É o estágio que me proporciona o diploma de conclusão do curso”; “TCC”; “É uma ótima opção para aprender fora da escola tudo que na teoria não iria proporcionar ao estudante” (SILVA, 2016, p. 49).

Na pesquisa constatamos que em cinco instituições federais de ensino uma em cada região do país, 76% dos estudantes concebem o estágio uma atividade somente prática, isto é, entendem que a prática se separa da teoria na qual denominamos a categoria analítica cizão entre teoria e prática. 14% além de estabelecerem uma cizão entre teoria e prática, consideram a prática superior a teoria e apenas 1% consideram que a prática se unifica a teoria como elementos indissociáveis.

No que tange aos gestores institucionais, na pesquisa em que esta estava inserida foi percebido a predominância de uma visão do estágio limitado a aspectos burocráticos, a fim de atender a legislação vigente (SOUZA, 2018b). Dessa forma, o estágio passa a ser exploração da força de trabalho jovem sob a conformação dos mesmos a partir de concepções como empreendedorismo,²

²Empreendedorismo consiste na capacidade de idealizar, organizar e realizar novos negócios, como por exemplo abrir uma pequena empresa, dessa forma se o estudante não ingressa no mercado de trabalho, ele tem o dever de criar alternativas para geração de seu próprio trabalho e renda (DICIO, 2009a, s/p).

empregabilidade,³ protagonismo social⁴ e fetiche da prática.⁵ Ainda que o estudante não ingresse no mercado de trabalho, ele próprio se responsabiliza pelo seu fracasso. A instituição de ensino, por sua vez, não comprometida com a atividade de estágio, não supervisiona adequadamente a atividade de estágio, contribuindo para que a situação se perpetue. Desse modo, o estágio deixa de ser um momento para mediação entre teoria e prática para construção de conhecimento complementar à formação para se tornar apenas em uma experiência de trabalho.

Apesar da atividade de estágio ser considerada relevante para a formação do técnico e do tecnólogo, tal atividade ocorre em condições inaceitáveis já expressas anteriormente, porém existem mais dificuldades na realização da atividade: escassez de vagas; burocratização da atividade de estágio; desenvolvimento de atividades fora da área de estudo; falta de supervisão pela instituição de ensino; desarticulação entre os conhecimentos práticos e teóricos, contudo as instituições de ensino atribuem ao mesmo um caráter curricular obrigatório para a conclusão do curso (SOUZA, 2018b) O objetivo principal do estágio deve ser a formação do estagiário, isto é, o aluno estar em momento de aprendizagem relacionada a área do curso ao qual está matriculado.

Souza (2018b), ao discutir em sua pesquisa sobre o estágio supervisionado no ensino técnico, com o objetivo de examinar criticamente a relação entre a teoria e a prática nesses espaços de formação profissional, comprova a existência de cisão entre os entes e apresenta o conceito “*fetiche da prática*”. O mesmo consiste na sobrevalorização da formação prática exercida no estágio dos estudantes, em detrimento da teoria oferecida pelo curso técnico.

³A empregabilidade é um atributo do trabalhador que consiste no acúmulo de competência, hábitos e atitudes para vir a ter emprego ou de manter-se empregado (DICIO, 2009b, s/p). Este conceito é expresso na visão dos estudantes de que sua boa atuação no estágio supervisionado poderá lhe conferir um emprego na própria empresa ou em outra do mesmo ramo. Quando isto não ocorre, é comum o estudante considerar para si a responsabilidade de seu próprio fracasso (SILVA, 2016).

⁴Protagonismo social consiste na perspectiva de que o estagiário deve estar à frente de seu desenvolvimento no mundo do trabalho e na sociedade, integrado e comprometido com sua realidade local numa perspectiva pró-ativa (FARIAS; VALERA, 2017).

⁵Fetiche da prática consiste na visão de que a prática é o sentido da atividade laboral, de modo que ela por si só valida a formação. Esta concepção corrobora a exploração da força de trabalho do estagiário durante o desenvolvimento do estágio supervisionado, uma vez que reduz tal atividade ao simples exercício laboral, sem qualquer reflexão sobre a prática (Cf.: SOUZA, 2018b).

Assim, o que caracteriza essas atividades nas instituições investigadas, de fato, é o fetiche da prática, o que, em última análise, é o que determina o tipo de mediação entre a escola e o mundo do trabalho empreendido por essas instituições. Tal perspectiva parte da cisão entre teoria e prática, e o momento da prática é o que realmente importa. A partir dessa perspectiva, o ambiente escolar é entendido como o da teoria e o ambiente de trabalho como o da prática. O momento da prática na formação do técnico de nível médio concretizado pelo estágio supervisionado, nessa perspectiva, consolida o conhecimento profissional, na medida em que dá validade ou não àquilo que se aprendeu no ambiente escolar – a teoria. O sentido dessa atividade formativa, nesse aspecto, é a possibilidade de se colocar em prática o que realmente interessa para o ambiente de trabalho, de modo a rechaçar outros conhecimentos que, na prática, não importam. Isto dá real sentido ao que Gramsci (2000) denomina de saber interessado ou ao que Sanches-Vásquez (1972) denomina de consciência comum, o saber do homem prático (SOUZA, 2018b, p. 135).

Apesar das várias dificuldades para realização do estágio curricular, o mesmo tem assumido papel primordial para a formação profissional do técnico e do tecnólogo, necessário para a certificação. A difusão das concepções como empreendedorismo, empregabilidade, protagonismo social e polivalência permitem a conformação ética e moral da classe trabalhadora às condições de precariedade social do trabalho, são elas: desemprego estrutural, intensificação da superexploração da força de trabalho, trabalho informal, trabalho temporário, trabalho intermitente, trabalho terceirizado, trabalho “uberizado” etc.

Portanto, pretendemos verificar a validade do conceito de fetiche da prática como um consenso no discurso expresso nos documentos da Rede FAETEC, no que tange às concepções e práticas formativas previstas, assim como suas estratégias para conformar o trabalhador em uma perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana, em que a atividade prática é concebida como superior a teórica, de modo a possibilitar que o mesmo exerça suas funções laborais sem refletir sobre eles, sem qualquer possibilidade de confronto entre os conhecimentos teóricos e práticos. Esta (in)capacidade constitui a empregabilidade tão desejada pelo mercado (Cf.: SOUZA, 2018a, p. 268).

Nossa hipótese é que a mediação entre escola e o mundo do trabalho, materializada pela atividade de estágio supervisionado, expressa no trabalho formativo da Rede de instituições da FAETEC está orientado para a conformação das camadas subalternas para o desemprego e para o trabalho precário.

1.2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Levando em conta as dificuldades de realização do estágio supervisionado e que essa atividade tem sido a mais utilizada nas instituições de ensino para mediar o ambiente de educação profissional com o ambiente de trabalho, sob a justificativa de que são essenciais para a formação do trabalhador, elegemos como objeto de análise as concepções de estágio supervisionado expressas no discurso institucional das unidades de ensino da rede de escolas de educação profissional e tecnológica do estado do Rio de Janeiro, a FAETEC.

Para entendermos melhor nosso objeto de estudo, contaremos um pouco da história do estágio supervisionado no Brasil. A história do estágio no Brasil tem seu marco sem especificidade no Decreto-lei nº 1.190 de 1939, que se tratava da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciência e Letras. O decreto-lei diz que a prática não se daria nas escolas nem nas empresas, mas em gabinetes, laboratórios, museus, distante da prática atual realizada na empresa. Porém este decreto não trata especificamente sobre o estágio, o ensino acadêmico era desvinculado do ensino profissionalizante. Posteriormente foram criados outros dispositivos legais acerca do estágio: Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-lei nº 4.073/42, Lei Orgânica do Ensino Comercial de nº 6.141/74, Lei Orgânica do Ensino Agrícola, dentre outras (REIS, 2012).

Em todas estas legislações existe certo alargamento do conceito de estágio que deixa brechas para exploração da força de trabalho do estagiário e possui o mesmo caráter dualista presente nas políticas educacionais brasileiras, tal situação se explica devido ao fato de ser um campo de luta entre os interesses das empresas e os interesses educacionais, ou seja, os interesses do capital e os interesses das classes populares.

Atualmente a legislação vigente do estágio é a lei 11.788/2008 que vem para definir o estágio e fazer algumas modificações nas competências dos sujeitos envolvidos na realização da atividade. Ela prevê duas grandes mudanças: o estagiário deve ter um tratamento diferenciado dos outros funcionários dentro da empresa, e a escola deve ser responsável pelo o acompanhamento e o vínculo do estágio ao processo didático-pedagógico de maneira formal.

Em seu artigo primeiro, a Lei define estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, visando a preparação para o trabalho produtivo do estudante. Além disso, inscreve-o no itinerário formativo do estudante e aponta a necessidade de fazer parte do projeto pedagógico do curso nas instituições educacionais, porém mantém-se o formalismo, o que expressa a importância que a área educacional dá a atividade de estágio na formação profissional e tecnológica.

Apesar de alcançarmos avanços em relação a legislação de estágio brasileira, a implementação da nova lei do estágio (Lei nº 11.788/08) ocasionou novos problemas na realização de estágios, tanto para os empresários que desistiram de contratar estagiários devido a dúvidas sobre a lei, quanto para as escolas que não implantaram a nova lei e continuaram a tratá-lo como na vigência da lei nº 6.494/77 (MARTINS, 2012).

A Educação Profissional e Tecnológica abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Educação Profissional Tecnológica, de Graduação e Pós-graduação. As instituições além de seus cursos regulares oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, isto é, cursos abertos a comunidade O Ensino Técnico de Nível Médio é desenvolvido na forma articulada e subsequente, podendo a primeira ser integrado ou concomitante ao Ensino Médio em suas diferentes modalidades, como por exemplo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Possibilita ao aluno a conclusão e continuação de estudos através de certificação. Os cursos são organizados de forma a atender os interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições sempre observando as normas da Educação Profissional de Nível Médio (BRASIL, 2012).

Os cursos Técnicos de Nível Médio têm por finalidade proporcionar conhecimentos, saberes e competências necessárias ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais. Para isto são estabelecidos doze princípios norteadores que devem ser respeitados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e os cursos são organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação ou em uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Fica evidente a presença do Fetichismo da Prática na finalidade dos cursos técnicos de nível médio, pois a formação nesses cursos é baseada em conhecimentos, saberes e competências necessárias ao exercício profissional, dessa forma o próprio mercado dita quais práticas educativas são necessárias, além disso, caracteriza-se a Educação neste nível de ensino como educação interessada do trabalho, pois, neste caso, o estudante só terá acesso a conhecimentos, saberes e competências que o próprio capital considerar conveniente, de forma que esse controle do capital sobre a educação profissional permite que o mesmo mantenha-se como classe dominante.

E o Projeto Político Pedagógico e os planos de cursos devem estar de acordo com a LDB. O plano de realização do estágio profissional supervisionado deve estar incluído no plano do curso e na organização curricular como obrigatório ou voluntário, já que é um ato educativo de responsabilidade da instituição educacional sendo realizado em empresas ou em outras organizações públicas e privado, à luz da Lei nº 11.788/2008. A carga horária referente atividade de estágio deve ser adicionada a carga horária mínima prevista pelo Conselho Nacional de Educação ou Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2012), o estágio é considerado tão relevante para a formação do técnico de nível médio que faz parte da grade curricular dos cursos técnicos e tecnológicos como disciplina obrigatória para a certificação.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes é contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos bem como resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais. A avaliação deve ser propiciada pelos sistemas de ensino como forma de valorização da experiência extraescolar dos educandos, objetivando a continuação dos estudos segundo

itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos (BRASIL, 2012, Art. 34º e 35º)

Portanto, o estágio supervisionado deve ser incorporado como uma atividade acadêmica, onde o aluno desenvolva não só a prática, mas que a relacione e reflita simultaneamente a teoria dos conteúdos curriculares de seu curso. E a instituição de ensino deve coordenar e supervisionar a atividade de estágio tanto o curricular como o extracurricular, que pode ser feito na própria instituição de ensino ou em setores públicos ou privados, bem como escritórios, empresas, fábricas e consultórios.

Porém, o estágio profissional ou curricular tem sido um instrumento de fuga aos direitos trabalhistas e previdenciários no ordenamento jurídico brasileiro. Encobre verdadeiros contratos de trabalho, tanto pelos empregadores que querem força de trabalho jovem e obediente quanto pelas negligências das instituições de ensino, que apenas cumprem as partes formais (preenchimento de documentos e relatórios) e não fazem um acompanhamento efetivo da atividade de estágio. Já que se constata que estagiários supervisionam outros estagiários, apenas com o nível médio e outras irregularidades nesta relação (REIS, 2012).

Com sede no Bairro de Quintino Bocaiúva, no município do Rio de Janeiro, a FAETEC é uma fundação vinculada à SECT, criada em 10 de junho de 1997, pela Lei nº 2.735/1997 pelo governador Marcelo Alencar e alterada pela Lei nº 3.808/2002. Ela é responsável pela implementação da política de Educação profissional e tecnológica pública e gratuita no estado do Rio de Janeiro. A FAETEC, na realidade, é uma rede de estabelecimentos de educação profissional e tecnológica que chega a atender cerca de 300 mil alunos por ano em mais de 130 unidades de ensino. Os cursos ofertados nessa Rede se estendem desde Formação Inicial e Continuada (FIC), Ensino Técnico e Educação Profissional Tecnológica, até Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Fundamental, Ensino Médio e Pós-Graduação (FAETEC, 2018).

Figura 1 - Fachada da Sede da FAETEC em Quintino Bocaiúva



Fonte: extraído de Pansera (2015).

Segundo o discurso oficial (FAETEC, 2018), a Rede FAETEC se destaca por seu ensino gratuito de qualidade sob o status de uma das redes mais importantes da educação profissional, técnica e tecnológica no Brasil, seu intuito consiste em formar o trabalhador a partir das inovações tecnológicas de acordo com a realidade do mercado de trabalho bem como elevar os índices de empregabilidade e ampliar as oportunidades de qualificação para o trabalho. Esse discurso é questionável, pois esta Rede foi criada em apenas 60 dias, em 1997, por autorização expressa que levou o Governo do Estado a ocupar espaços físicos precários, com profissionais contratados emergencialmente, justamente no período em que o neoliberalismo vinha crescendo no Brasil e a Educação Profissional estava sendo direcionada para este novo mundo do trabalho.

A atividade educativa da Rede FAETEC, assim como toda a educação profissional do país, se desenvolve com base nos mesmos eixos tecnológicos estabelecidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), são eles: 1) Ambiente e Saúde; 2) Controle e Processos Industriais; 3) Desenvolvimento Educacional e Social; 4) Gestão e Negócios; 5) Informação e Comunicação; 6) Infraestrutura; 7) Produção Alimentícia;

8) Produção Cultural e Design; 9) Produção Industrial; 10) Recursos Naturais; 11) Segurança; 12) Turismo, Hospitalidade e Lazer. Evidenciamos aqui a “mão do mercado” sobre a educação profissional, pois esses eixos são formulados de acordo com o mercado de trabalho e são constantemente reformulados os conhecimentos necessários para cada curso técnico e tecnológico, caracterizando a própria organização da Rede FAETEC como uma Rede que partilha da perspectiva de educação interessada do trabalho, imediatista e pragmática, que já são elementos que também evidenciam a presença do fetiche da prática na atividade educativa da instituição.

A Rede FAETEC cobre praticamente todo território do estado do Rio de Janeiro, uma vez que há unidades educacionais em 51 municípios. Suas unidades são Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEPs), Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), Escolas de Artes Técnicas (EATs), Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJs) e Centros de Referência em Formação de Profissionais da Educação, como o Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (ISERJ) e o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM).

Os cursos técnicos de nível médio, como dito anteriormente, são organizados de acordo com os eixos tecnológicos determinados pela SECT do MEC, levantamos no site oficial da instituição os cursos oferecidos pela instituição de acordo com o eixo tecnológico que ao todo são 43 cursos técnicos, segue os dados na tabela abaixo:

QUADRO 1 - CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO POR EIXO TECNOLÓGICO	
Eixos	Cursos
Ambiente e saúde	Análises Clínicas Enfermagem Gerência em Saúde Imobilizações ortopédicas Estética Meio Ambiente

Controle e processos industriais	Automação industrial Eletromecânica Eletrônica Eletrotécnica Máquinas navais Manutenção de sistemas metroferroviários Mecânica
Desenvolvimento educacional e social	Secretário escolar
Gestão e negócios	Administração Contabilidade Logística Marketing Qualidade
Informação e comunicação	Informática Informática para internet Manutenção e suporte em internet Telecomunicações
Infraestrutura	Edificações Saneamento
Produção cultural e designer	Dança Modelagem do vestuário Produção de áudio e vídeo Produção de moda Publicidade Teatro
Produção industrial	Fabricação Mecânica Petróleo e gás Plásticos Química
Recursos naturais	Agropecuária Floresta
Segurança	Segurança do trabalho
Hospitalidade e lazer	Agenciamento de viagens Cozinha Eventos Guia de Turismo Hospedagem
Total de Cursos	43 Cursos técnicos de nível médio

Fonte: FAETEC, 2016. Organização da autora.

Ao formular todo seu trabalho educativo com base no que o mercado de trabalho espera a proposta pedagógica da Rede FAETEC já aponta uma visão de formação interessada, pois volta-se restritamente a formação do trabalhador com conhecimentos técnicos necessários para o trabalho produtivo, isto é garantir ao

educando conhecimentos necessários para sua inserção no mercado de trabalho a fim de apropriação de sua força de trabalho para a produção de mais valia.

Levantamos também os cursos superiores oferecidos pela Rede FAETEC, a instituição oferece apenas seis cursos superiores sendo três deles cursos superiores tecnológicos e três cursos de licenciatura, conforme o Quadro 2:

QUADRO 2- CURSOS SUPERIORES POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO E LOCAL			
Curso	Instituição de Ensino		Local
Licenciatura plena em Pedagogia	ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro		Rio de Janeiro – Centro
Surdez e Letramento nos anos iniciais para crianças e EJA	ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro		Rio de Janeiro – Centro
Licenciatura em Educação no Campo	ISEPAM - Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert		Campo dos Goytacazes
Tecnólogo em análise de sistemas informatizados	FAETERJ – Faculdade de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro		Quintino Bocaiúva
Tecnologia em Logística	FAETERJ - Faculdade de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro		Três Rios
Tecnólogo em Processos Gerenciais	FAETERJ - Faculdade de Educação Tecnológica		Duque de Caxias

Fonte: FAETEC, data desconhecida A. Organização da autora

A FAETEC oferta apenas um curso de pós-graduação, o que expressa que o seu foco consiste em cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos técnicos de nível médio.

QUADRO 3 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Curso	Instituição	Tipo de curso
Tecnologias da informação e comunicação aplicadas à educação	Instituto Superior de Tecnologia do Rio de Janeiro	Lato sensu

Fonte: FAETEC, data desconhecida B. Organização da autora.

Não conseguimos levantar o total de cursos FIC oferecidos pela instituição, devido este dado não estar disponível no site oficial da FAETEC, para obtê-lo é necessário ir ao sistema de busca e registrar manualmente, tendo em vista que são muitos cursos e o nosso foco de análise se restringe ao ensino técnico e tecnológico.

Contudo, entendemos que a Rede FAETEC foi criada aligeiramente com o intuito de imediatizar a formação do trabalhador para o mercado de trabalho levando em conta que são exigidas novas atribuições, competências e habilidades do mesmo. E, por outro lado, conformar a classe trabalhadora ao novo mundo do trabalho cada vez mais precário.

Nosso objetivo é verificar a validade do conceito de fetiche da prática como elemento norteador das concepções e práticas formativas da Rede FAETEC. Para concretizar esse objetivo, elegemos como objetivos específicos, o seguinte: 1) sistematizar o conceito de fetiche da prática e sua relação com a intensificação da precariedade do trabalho; 2) apontar os aspectos sociais, políticos e econômicos que determinaram a instituição da Rede FAETEC; 3) explicitar o trabalho educativo realizado pela Rede FAETEC, sua estrutura organizativa e seu funcionamento; 4) explicar as estratégias de mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação de técnicos e tecnólogos no trabalho educativo da Rede FAETEC e 5) explicitar indícios do fetiche da prática nas ações e concepções explicitadas em fontes primárias e secundárias da Rede FAETEC, tais como: Documentos institucionais, planos de desenvolvimento institucional (PDIs), planos pedagógicos de curso (PPCs), relatórios de gestão, etc.

1.3. JUSTIFICATIVA

Na área educacional, destacamos a importância da relação entre teoria e prática como elementos essenciais e indissociáveis para construção de conhecimento. O estágio tem sido uma das atividades práticas mais utilizadas em que se media a teoria e prática, e no caso dos cursos técnicos e tecnológicos o mesmo assume caráter relevante, pois se caracteriza como disciplina curricular obrigatória para a conclusão do curso. Portanto, pesquisar sobre essa temática é uma importante contribuição teórica para a educação profissional e um meio de verificarmos a materialidade do que ocorre na formação para o trabalho de nível médio técnico e tecnológico, tendo como referência a atividade de estágio, contribuindo para os profissionais da área.

Destacamos também a relevância dada aos cursos técnicos e tecnológicos, que tem formado jovens para o mercado de trabalho a fim de suprir as demandas mais imediatas do capital. Ao pesquisarmos sobre a temática, possivelmente poderemos contribuir para o pensamento da área de educação sobre a importância da atividade de estágio supervisionado na formação profissional, bem como a sua pertinência, na medida em que colocamos em questionamento sua própria existência e eventuais necessidades de reformulação de seus objetivos, metas e forma de realização.

1.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo da pesquisa se circunscreve nas 130 unidades de ensino vinculadas à Rede FAETEC, localizadas em todo o estado do Rio de Janeiro, selecionamos uma unidade educativa do ensino médio técnico e uma de ensino superior tecnológico, a ETE República e a FAETERJ-Rio ambas localizadas na sede da FAETEC em Quintino Bocaiúva.

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa básica que “(...) objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prevista” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20). Dessa forma, nossa preocupação consiste em gerar conhecimentos para a sociedade acerca das políticas educacionais para a

formação profissional, especialmente a oferecida pela Rede FAETEC, evidenciando a ação hegemônica do capital.

No que se refere à natureza de nossa análise, podemos classificá-la como uma análise qualitativa, por partir do pressuposto de que há uma relação com o mundo real e o sujeito, relação esta incapaz de ser traduzida em números, de modo que “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas” (LAKATOS, 2003, p. 20). Neste caso, analisaremos o estágio na Rede FAETEC com base na interpretação dos documentos oficiais da instituição a fim de identificar a presença do fetiche da prática na formação de técnicos e tecnólogos.

No que se refere aos objetivos, podemos considerar que a investigação possui caráter explicativo, pois não se reduz a descrição. No que se refere aos procedimentos de coleta de dados, esta pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa documental, uma vez que nossa principal fonte de dados fora, os documentos institucionais (impressos e virtuais).

Nossa referência teórica e metodológica de análise é o materialismo histórico e dialético. Conforme observa Kosik (2010, p. 13): “A dialética trata da ‘coisa em si’. Mas ‘a coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem”.. Nesse sentido:

Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da *práxis* humana (KOSIK, 2010, p. 13, grifos do autor).

Por isso neste trabalho extrapolamos a descrição e conceituação para analisar e construir conhecimento acerca do estágio supervisionado na Rede FAETEC. Para chegarmos ao conhecimento precisamos recorrer a práxis, a práxis é ativa, pois depende da nossa ação, é subjetiva pois depende da existência humana como elaboração da realidade (KOSIK, 2010, p. 221 e 222).

Partimos do pressuposto que vivemos em uma sociedade de classes, analisando todos os aspectos (social, político e econômico) como parte do sistema

capitalista num todo, não nos reduzimos a aspectos econômicos de forma isolada como se fosse apenas uma estratificação social formadas por blocos de “possuidores e não Possuidores, de ricos e pobres, de gente que dispõe de uma propriedade e gente que dela não dispõe” (KOSIK, 2010, p. 105), falseando a realidade como se todos possuem as mesmas condições para adquirir capital negando a propriedade privada da gênese da nossa formação social. A teoria materialista, ao contrário, parte do pressuposto de que a formação econômica-social é um complexo constituído e formado pela estrutura econômica e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção e com os meios de produção (KOSIK, 2010, p. 104-105).

1.5. O CAMINHO INVESTIGATIVO

Neste tópico descreveremos as etapas da pesquisa, os caminhos que a mesma trilhou para desvendar o problema investigado e chegar às devidas conclusões a fim de cumprir os objetivos previamente definidos. Para construção desta pesquisa partimos em levantar dados sobre o tema investigado e identificar as principais questões e contradições após, construímos nosso quadro teórico que nos permitiu elencar conceitos que estruturam a construção e análise do objeto de estudo.

Tomando esse quadro teórico, com o problema de pesquisa consolidado, partimos para a coleta de documentos da FAETEC como: relatórios de estágios, Regimento Interno, PDI e PPI das instituições previamente selecionadas. A partir desses documentos, esperamos encontrar elementos que possam explicitar como ocorre o estágio supervisionado na instituição, bem como ele é concebido pelo corpo docente e discente. De posse desses elementos, partimos para a análise de dados com o intuito de responder às questões levantadas, principalmente se o trabalho educativo do estágio supervisionado na Rede FAETEC tiver assumido papel de conformação da classe trabalhadora ao mundo do trabalho em constante processo de precariedade.

1.6. REFERÊNCIAS TEÓRICAS E CONCEITUAIS DA ANÁLISE

Neste tópico apresentaremos o quadro teórico de maneira sucinta e no próximo capítulo esse quadro teórico será aprofundado, de modo a basear a nossa análise do objeto. A análise que almejamos fazer parte do pressuposto da conjuntura da crise orgânica do capital, devido ao esgotamento do modelo fordista, que a partir dos anos 70 começa a apresentar baixos índices de lucratividade, aumento das taxas de inflação e de desemprego, o que afeta o mundo do trabalho causando um processo de intensificação da precariedade do trabalho. A fim de reestruturar a produtividade, as relações de trabalho passam por profundas mudanças, inclusive a própria formação do trabalhador. Nesse sentido, temos como eixo temático a relação entre a crise do capital, a contrarreforma burguesa, as mudanças no trabalho, nas relações de produção e a formação do trabalhador com base em Antunes (2009; 2017), Souza (2002; 2006; 2009; 2016), Gramsci (2014) e Mészáros (2008; 2011).

Em meio ao neoliberalismo, diante do processo de reestruturação produtiva, o capital tem a necessidade de formar trabalhadores de novo tipo para o mercado de trabalho, logo a Educação em todos os níveis e modalidades assume tal função inclusive a Educação Profissional, além de outros organismos e instituições. Portanto, a Educação Profissional passa por uma reforma educacional, em que se redefine o papel das políticas públicas, mantendo o seu caráter dualista, de um lado a educação para a elite e de outro da classe trabalhadora segundo os interesses do capital, com intuito de imediatizar a formação do trabalhador, numa perspectiva de educação interessada, imediatista e pragmática. Deixando de lado a formação unitária, politécnica e omnilateral voltada para a emancipação humana conforme nos aponta vários pesquisadores da área educacional como Gramsci e Mészáros. Tal análise é feita com base em Alves (2000), Chesnais (1996), Reis (2012), Mancebo (2017) Martins (2012), Paranhos (2013), Ramos (2001) e Souza (2002; 2013; 2016).

Para compreendermos melhor a atual estrutura e funcionamento do estágio supervisionado analisaremos a legislação brasileira e sua aplicação a partir das contribuições teóricas de Reis (2012), Martins (2012) e Souza (2018b).

A fim de difundir um consenso hegemônico o capital utilizou como uma de suas estratégias, a conformação, que se dá na própria formação do trabalhador (SOUZA, 2013). Tal ideia se expressa na visão contraditória que os estudantes possuem acerca do estágio supervisionado que são levados a conformação sem confrontar os conhecimentos teóricos e práticos, simplesmente exercem a prática a partir do senso comum: “a prática se basta a si mesma, e o “senso comum” situa-se passivamente em uma atitude acrítica em relação a ela. “O senso comum” é o sentido da prática (SANCHES-VASQUEZ, 2011, p. 242)”. Segundo a Práxis, a prática é o próprio fundamento da teoria, pois determina os rumos e o processo de aprendizagem, desse modo uma é dependente da outra e indissociável para o progresso do conhecimento, portanto para chegar ao conhecimento é necessário fazer um detour sobre a coisa, superando o senso comum (SANCHES VÁSQUEZ, 2011; KOSIK, 2010).

Com base no conceito de práxis, entendemos que o estágio é o período em que o aluno desenvolve uma atividade prática dos conhecimentos adquiridos no curso e concomitantemente reflete sobre a prática e teoria, entendendo que teoria e prática são elementos indissociáveis, dessa forma, o estágio complementa a formação profissional. Para fundamentar esta ideia, utilizaremos para análise dos resultados Kosik (2010), Mézaros (2008), Paranhos (2013), Sanches Vázquez (2011) e Souza (2013; 2016).

1.7. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Utilizaremos como fonte de dados os documentos oficiais da FAETEC (PDI, PPIs, PPCs, Relatórios de Gestão, Site Institucional etc.) que fazem referência aos cursos superiores de tecnologia da Faculdade de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (FAETERJ) e de cursos técnicos da Escola Técnica Estadual República (ETE República) – Campus Quintino.

No próximo capítulo abordaremos sobre os determinantes sócio-históricos da análise da concepção de estágio supervisionado presente nos documentos oficiais da Rede FAETEC.

2. DETERMINANTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA ANÁLISE

Para uma análise do estágio supervisionado na Rede FAETEC, precisamos encará-lo diante de um contexto histórico e social para compreendermos seus reais objetivos e funcionalidade, aqui aprofundaremos o quadro teórico apresentado superficialmente no capítulo anterior. Destacamos a crise orgânica do capital e seus impactos, entendendo que as atividades educativas desta Rede são uma correspondência das mudanças recentes no capitalismo, já que a educação profissional tem se desenvolvido para atender as demandas desencadeadas pelo processo de crise e de recomposição burguesa. Neste capítulo discutiremos a crise orgânica do capital, o processo de reestruturação produtiva e das relações de produção e a constante busca do capital por manutenção do conflito de classes para manter o seu bloco histórico no poder.

2.1. CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REFORMA DO ESTADO

A partir dos anos 70, o capital começa a identificar quedas nas taxas de lucro, o que expressa uma perda significativa, tendo em vista que o mesmo para se manter precisa aumentar seu nível de acumulação ou ao menos mantê-lo (cf. Harvey, 1992). Diante da crise orgânica do capital são tomadas algumas estratégias para recompor as bases de acumulação e reestruturar a produtividade, no campo estrutural o capital que antes utilizava o fordismo/taylorismo como modo de produção passa a adotar a acumulação flexível, no campo superestrutural era adotado o estado de bem estar social que foi substituído pelo estado mínimo com forte incentivo a individualidade e competitividade. Nesse sentido, Antunes afirma:

O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, já era expressão de uma crise estrutural do

capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação visando recuperar do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que, como vimos, questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social (ANTUNES, 2009, p. 49)

Dessa forma, entendemos que a relação entre estrutura e superestrutura são consideradas em sua natureza dialética, por isso com base na concepção gramsciana denominamos crise orgânica do capital, pois de um lado a estrutura econômica, política e social entra em crise e por outro a superestrutura também com a crise moral e cívica, suscitando novas estratégias de conformação ética e política e psicofísica do trabalhador (SOUZA, 2010, p. 134). Para a classe trabalhadora isso configurou uma grande perda, pois o Estado antes era benfeitor, provedor de políticas sociais e agora com o estado mínimo o Estado reduz seu caráter de benfeitor ofertando apenas o mínimo para sobrevivência da classe trabalhadora e manutenção do conflito de classes o que Marx já apontava no Manifesto Comunista:

O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador torna-se um indigente, o pauperismo cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza (MARX; ENGELS, 2010, p. 50)

Deste modo, no sistema capitalista os trabalhadores tendem a viver em condições cada vez mais precárias, o que evidencia a incapacidade da burguesia manter-se dominante “fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe” (MARX; ENGELS, 2010, p. 50). Corroborando com Marx, vivemos hoje uma intensificação da precariedade de trabalho, surgem novas modalidades de trabalho em que o trabalhador perde seus direitos com salários cada vez menores como o trabalho intermitente, trabalho temporário, trabalhos informais etc.

Diante disto, o capital precisa manter sua dominação societal, apesar de que seu bloco histórico do capital⁶ (GRAMSCI, 2014, p. 26) desde sua gênese passa por crises, essas crises ao contrário de outros sistemas, no sistema capitalista funcionam como um impulso para o desenvolvimento do sistema levando o mesmo a sofisticação de suas relações de produção, trabalho e relação entre sociedade civil e Estado (MARX, 2010), não só para recomposição de suas bases de acumulação corroídas como também para manutenção da mediação do conflito de classe, seguindo esta linha de pensamento Souza afirma:

Assim, o esgotamento do modelo de desenvolvimento fundado no pós II Guerra Mundial, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da informática, e ao avanço das conquistas políticas da própria classe trabalhadora, constituíram as condições objetivas da empreitada do capital no nível mundial para recompor suas bases de acumulação e implantar novas modalidades de produção e de mediação do conflito capital/trabalho (SOUZA, 2013, p. 6).

Neste contexto neoliberal vêm ocorrendo mudanças no trabalho, na produção e na relação entre Estado e Sociedade Civil. Entendemos que tais mudanças fazem parte da reação burguesa para recompor suas bases de acumulação e renovar suas estratégias de mediação do conflito de classes para garantir a manutenção da hegemonia do capital. Nosso ponto de partida é a consideração de que a materialidade objetiva da formação para o trabalho, bem como o papel da educação na contemporaneidade, jamais podem ser entendidos sem o exercício crítico de superação do senso comum, com base em uma profunda reflexão das transformações socioeconômicas no decorrer da história, suas contradições e sua relação com a realidade educacional, de modo a conferir-lhe o caráter de totalidade analítica.

Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o ideário neoliberal é fortalecido como única corrente teórica e política capaz de enfrentar a crise orgânica do capital. Este receituário defende o Estado Mínimo (BRESSER-PEREIRA, 1996; 1997; 2013; HAYEK, 1998), o qual reduz os gastos com políticas

⁶ O conceito de bloco histórico, desenvolvido por Gramsci ao entender que a estrutura e superestrutura estão intimamente ligadas por uma correlação de forças, aqui entendemos que o bloco histórico é próprio capital, que como já apontava Marx (2010, p. 43) no Manifesto Comunista, constitui uma classe revolucionária que se reconstrói constantemente para manter-se hegemônica.

sociais em prol do reestabelecimento do sistema capitalista, estabelecendo a reorientação do uso do fundo público (SOUZA, 2018a).

Nos países dominantes cresce fortemente as ideias neoliberais. Hayek é um dos principais teóricos dessa corrente que o livre mercado funciona como um jogo de habilidade e sorte. Ataca veemente a quaisquer dispositivos estatais que implicassem limites ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado. Afinal, tais dispositivos representavam para o autor terrível ameaça não só às liberdades econômicas dos indivíduos, como também às suas próprias liberdades políticas. O alvo imediato e expresso de Hayek era, naquele momento, a socialdemocracia europeia, porém não podemos deixar de considerar o caráter antissocialista do neoliberalismo e no interesse do grande capital na atuação irrestrita (HAYEK, 1998).

No Brasil, Bresser afirma que tal crise ocorreu devido ao crescimento distorcido do Estado e aos processos de globalização. Critica a tese neoliberal do Estado mínimo - proposta como solução à referida crise - e que consistia na redução do aparelho estatal e seu escopo de atuação, deixando à “mão invisível do mercado” garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda, conseqüentemente sustentando o desenvolvimento econômico global. Para nós a mão invisível nada mais é que garantir que o capital dite as regras do mercado e as regras das relações de produção a fim de propiciar a exploração da classe trabalhadora e desregulamentar as relações de emprego, precarizando cada vez mais o mundo do trabalho, neste sentido:

O objetivo central da ofensiva do capital no mundo do trabalho e da produção, bem como dessa reconfiguração de seus mecanismos de manutenção da hegemonia, é a desregulamentação das relações de produção, a flexibilização do contrato de trabalho, a privatização das políticas sociais e a exaltação da lei do mercado como instrumento regulador da sociedade (SOUZA, p. 27-28)

É interessante salientar trecho em que o autor ressalta a atuação do Estado como meio necessário à consecução dos direitos positivos dos cidadãos, não se servindo assim para realizar “não apenas suas tarefas clássicas de garantia da propriedade e dos contratos, mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade do seu respectivo país” (BRESSER-

PEREIRA, 1997, p. 7). Entendemos que o Estado se tornou mínimo para a classe trabalhadora, mas para a burguesia o Estado nunca foi tão ativo e ampliado como atualmente, chegamos a esta conclusão a partir do conceito de estado ampliado de Gramsci (2014), que se refere a concepção de Estado em que ele não reduz a sua atuação concebido como estado mínimo mas sim que o Estado age em prol das classes mais favorecidas, mais claramente o Estado tem a função de manter o bloco histórico, garantindo o domínio das classes que possuem os meios de produção sobre a classe trabalhadora.

Um fator interessante é que a FAETEC é criada no ano de 1997, no mesmo período em que as idéias neoliberais são implementadas no Brasil, o que expressa que a Rede foi criada justamente para atender aos novos interesses do capital. Num período em que surgem as demandas de um trabalhador de novo tipo, capaz de atender as novas demandas do capital e também, por outro lado, conformar uma parcela dos trabalhadores as mazelas do mundo de trabalho e outra ao desemprego estrutural, fica evidente que a educação profissional aparece nessa época com uma nova roupagem e com as características para uma formação cada vez mais interessada do trabalho, pragmática e imediatista em meio a uma reforma do Estado e reforma da educação profissional.

A reforma do Estado foi construída em torno de quatro problemas principais, interdependentes, quais sejam: a delimitação do tamanho do Estado, a redefinição do papel regulador do Estado, a recuperação da governança e o aumento da governabilidade. As ideias de privatização, publicização e terceirização relacionam-se com o problema da delimitação do tamanho do Estado; o aspecto regulatório diz respeito à maior ou menor intervenção governamental no mercado; a questão da governança relaciona-se aos aspectos financeiros, estratégico e administrativo e por fim o aumento da governabilidade busca formas de legitimar o governo frente à sociedade e adequar as instituições para a consecução do interesse público (BRESSER-PEREIRA, 1997). Para tal são tomadas algumas medidas: Plano Institucional; aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995); Emenda Constitucional Nº 19/1998; Lei nº 9.784/1999; Plano Cultural; Intensa campanha na imprensa e Plano de Gestão. Todas estas medidas contaram com ampla aceitação dos governos estaduais e municipais.

Podemos dividir a Reforma Gerencial em dois ângulos: gestão e estrutural. No que se refere à gestão, trata-se da administração por resultados, em que você estipula metas e trabalha para alcançá-las, utilizando-se de avaliações externas. A estrutural pela reforma do núcleo estratégico do Estado onde prevalece a criação das ONGs, hoje chamadas Organizações Sociais (OS). Podemos citar como exemplo o modelo gerencial GIDE – Gestão Integrada da Escola (criado pela UFMG). Neste sistema, o governo cria um meio de mascarar a calamidade da educação brasileira, de modo a garantir falsear a qualidade e melhoria da educação escolar.

O pretexto de urgência salvacionista frente a uma escola deteriorada legitima a “despolitização” da pedagogia, reduzindo-a à dimensão “técnica”, em busca obsessiva de uma **“qualidade” fenomenicamente abstrata**, definida pelo mercado (SANTOS, 2013, p. 19, grifo nosso).

Atualmente, esta concepção está presente na rede nacional de educação e nas políticas públicas de educação. Causando impacto relevante na educação brasileira em todos os níveis e modalidades, inclusive na educação profissional, científica e tecnológica e conseqüentemente, no estágio supervisionado. Esta visão tem intensificado a precariedade do trabalho educacional, na medida em que, o professor é levado a ser um mero técnico que visa “alcançar metas” para deixar de ser um educador que deve refletir em conjunto com seu educando acerca de conhecimentos fundamentais para a vida e para o trabalho, tal ideia se confirma, pois o desenvolvimento do capitalismo está relacionado a políticas públicas de um modo geral, inclusive, políticas de educação, neste sentido:

As recentes políticas de educação e emprego, cultura e tecnologia estão profundamente relacionadas à forma específica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e ao modo como o País vem se inserindo na economia mundial, refletindo a opção das frações burguesas hegemônicas brasileiras por um projeto de sociedade de capitalismo dependente e associado às burguesias hegemônicas (PARANHOS, 2013, p. 39).

Portanto, o capital em reação a sua própria crise cria meios de reestruturar suas bases de acumulação sem medir esforços atingindo cada vez mais os direitos conquistados pela classe trabalhadora, conforme nos aponta Antunes (2009, p. 33):

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Com base nesta afirmação de Antunes (2009), concluímos que o capital diante da crise devasta todas as políticas sociais a fim de redirecionar o uso do fundo público para o setor privado. Com isso todos os investimentos em educação, saúde e moradia são reduzidos, o que configura um Estado atuante em prol do capital para recompor as bases de acumulação corroídas, a manutenção do conflito de classes e a perpetuação da própria sociedade de classes. Porém encontramos na Educação uma contradição que dá possibilidade a classe trabalhadora a sua emancipação pois ao mesmo tempo em que o capital precisa negar o conhecimento o avanço científico e tecnológico exige cada vez mais acesso a conhecimentos. No próximo tópico trataremos do impacto da recomposição burguesa na Educação.

2.2. OS IMPACTOS DA RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em tempos de crise em que a onda neoconservadora tem se acentuado cada vez mais, as políticas sociais sempre tiveram grandes desafios no capitalismo, porém a tendência é que mais desafios apareçam, o maior deles é manter-se, pois cada vez mais se faz necessário para o capital diminuir os gastos com educação, saúde, cultura, moradia, esporte para atender aos interesses do grande capital, do livre mercado.

Fica evidente que a atuação do capital no mundo do trabalho, também interfere na educação, na medida em que acelera-se o avanço científico e tecnológico e o mercado de trabalho passa a compor diversas formas de contrato de trabalho (intermitente, zero hora, uberização, contratos temporários, etc.) a educação também sofre grandes mudanças pois precisa-se de trabalhadores com alguns

conhecimentos técnicos e até novas habilidades e competências (cf. SOUZA, 2015, p. 26-27), porém nem toda a classe trabalhadora tem um espaço reservado no mercado de trabalho, para esses é destinada uma educação com foco na conformação ética e política induzindo o indivíduo a garantir por meios próprios uma renda com base na difusão do empreendedorismo e protagonismo social (SOUZA, 2015, p.)

Deste modo, a agenda neoliberal exerce um grande ataque as conquistas educacionais e aos docentes que são penalizados pelo fracasso educacional do país (BRASIL, 2008), com fomento a individualidade e competitividade no mercado de trabalho são exigidas cada vez mais competências do trabalhador. Em consonância ao individualismo e competitividade existe um forte ataque a solidariedade e ação coletiva social, “[...] no plano ideológico, por meio de um culto ao subjetivismo e de um ideário fragmentador faz ideologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 2009, p. 50).

A ofensiva do capital (SOUZA, 2015, p. 27) não se esgota por aí, o ataque aos órgãos públicos são freqüentes dando base na argumentação de que a privatização de órgãos estatais garantirá serviços de qualidade a população, dessa forma os salários são reduzidos e a precariedade intensificada e o próprio Estado é entregue a iniciativa privada, o que SOUZA (2015) classifica como redirecionamento do uso do fundo público, pois a verba pública é transferida para setores privados.

Diante disto, a educação assume um papel primordial para o capital a fim de difundir concepções como competitividade, protagonismo social e empreendedorismo, a educação profissional assume a tarefa de conformar ética e moralmente os trabalhadores em formação ao precário mundo do trabalho capitalista. Estamos propensos a um regresso na questão social, as políticas tendem a adquirir um caráter cada vez mais assistencial e superficial, apenas para conciliação das classes subalternas assim como nas sociedades camponesas em que os ricos faziam sua caridade, ofertando o que comer ao pobre garantindo-lhe sua salvação e conformando-o com a situação de mendicância (CASTEL, 2008, p. 64-65). Isto é, o Estado atuará em prol do capital redirecionando o uso do fundo público

(SOUZA, 2018) para as mãos do grande capital e reduzindo todos os gastos possíveis com políticas sociais, de forma que, a classe trabalhadora para não retroceder cada vez mais e perder seus direitos conquistados deve primeiramente se reconhecer enquanto classe e se unir para lutar pelos próximos anos não só por uma política social, mas por uma sociedade mais justa e menos desigual que só reserva para a classe trabalhadora as migalhas que caem das mesas da elite brasileira.

A lógica do capital é extremamente simples: minimizar os custos e maximizar os lucros, tendo em vista que suas bases de acumulação estão corroídas e o foco do capitalismo sempre será manter ou aumentar as taxas de acumulação conforme nos aponta Harvey (1992). Por a ótica do capital é justo transferir para o sistema educacional, em parte, o custo de formação desta mão-de-obra (ou, ao menos, a construção progressiva desta nova mentalidade) ao sistema educativo instituído e custeado pelo Estado. Portanto, há todo um sustentáculo teórico criado e gerido por intelectuais que busca dar suporte a este novo paradigma produtivo que se convencionou denominar toyotismo e com ele surgiram novas competências necessárias ao trabalhador. É neste contexto que se encaixa a pedagogia das competências.

A Pedagogia das competências difundida por Philippe Perrenoud baseia-se num modelo de educação interessado do trabalho, cuja formação do trabalhador passa a ser baseada nas competências que ele necessitará para desempenhar em determinada função no ambiente laboral. Se exigia do trabalhador conhecimentos técnicos da área em que o mesmo atuaria, porém cada vez mais são exigidas além de novas técnicas novas habilidades e competência ao trabalhador de novo tipo como flexibilidade, empreendedorismo, protagonismo social, entre outras. Essa pedagogia faz parte do pacote de medidas da manutenção do conflito de classes e de reestruturação produtiva.

- as competências não são elas mesmas saberes, savoir-faire ou atitudes, mas mobilizam, integram e orquestram tais recursos; - essa mobilização só é pertinente em uma situação, sendo cada situação singular, mesmo que se possa tratá-la em sintonia com outras, já encontradas; - o exercício da competência passa por operações mentais complexas, subentendidas por esquemas de pensamento que permitem determinar (mais ou menos consciente e rapidamente) e realizar (de modo mais ou menos

eficaz) uma ação relativamente adaptada à situação; - as competências profissionais constroem-se, em formação, mas também ao sabor da navegação diária de um professor, de uma situação de trabalho à outra (PERRENOUD, 2000, p. 15).

Perrenoud possui uma perspectiva de educação com foco em resultados quantitativos, para ele a pedagogia das competências garante aumento da economia ao setor produtivo e empregabilidade ao trabalhador sob esses argumentos o autor defende que essas competências são pertinentes a situações específicas o que para nós gera um afinamento do conhecimento acessível a classe trabalhadora.

Porém existem concepções segundo a ótica do capital e segundo a ótica do trabalho, portanto a defesa da pedagogia das competências não é unânime no campo educacional, outros autores discordam de Perrenoud como Acácia Kuenzer e Marise Ramos que tecem críticas a esta concepção de educação e que partilham de uma perspectiva educacional da ótica do trabalho. Na verdade, o que a Pedagogia das Competências propõe é trazer o toyotismo para a sala de aula, dessa forma, o Estado financia uma educação completamente voltada para o setor produtivo. Neste sentido vejamos o que uma delas aponta,

o conceito de competência como a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos, a experiência de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida, (...) vinculado à idéia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações: supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos (KUENZER, 2002, p. 11).

É de interesse do capital, que seus trabalhadores tenham todas essas habilidades e que a qualificação para desenvolver essas competências e habilidades não sejam financiados pelo mesmo. A Pedagogia das competências se relaciona e partilha dos mesmos ideais que a Teoria do Capital Humano. A TCH consiste na teoria, desenvolvida por Shultz, de que quanto mais investimento em qualificação maior será a produção e a qualidade, portanto, antes este investimento em qualificação era custeado pelo setor produtivo e/ou o Estado, mas com o avanço neoliberal, o próprio trabalhador é incentivado a arcar com os custos de sua

constante qualificação para garantir-lhe a empregabilidade necessária (FRIGOTTO, 1989, p. 39).

O conceito de capital humano, que constitui o construtor básico da economia da educação, vai encontrar campo próprio para seu desenvolvimento no bojo das discussões sobre os fatores explicativos do crescimento econômico. A preocupação básica ao nível macroeconômico é, então, a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico do país (FRIGOTTO, 1989, p. 39).

Deste modo, a TCH surgiu com a hipótese de que a qualificação profissional, investimento em saúde, treinamentos atribuiria acréscimo de capital ao setor produtivo. Com isso, as empresas se interessam no bem-estar de seus funcionários a fim de maior lucratividade, mas não existe o interesse por parte do capital de financiar esses custos. Neste ponto de vista, a educação é o principal capital humano enquanto produz a capacidade de trabalho, deste modo a atividade educativa é reduzida à função de produzir conhecimentos, habilidades e competências de acordo com as particularidades de cada área do setor produtivo, então a mesma passa a ser considerada política de geração de trabalho e renda além do desenvolvimento econômico (FRIGOTTO, 1989, p. 40).

2.3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Como um dos meios de reinserção do país na economia mundial, a partir dos anos 1990, a educação profissional passa por uma reforma educacional devido à demanda por trabalhadores de novo tipo, de reformulação da teoria do capital humano e de conformação ético e moral da classe trabalhadora.

A educação tornou-se instrumento da sociedade capitalista, ao fornecer conhecimentos e pessoal necessários à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (MÉSZÁROS, 2005, p. 15).

Esta reforma ocorre como uma reação burguesa em meio ao processo de reestruturação produtiva através dos ideais do neoliberalismo a fim de ajustar a educação às necessidades da burguesia.

Fundamentando-se na articulação de elementos do capital humano e do capital social, as recentes políticas de educação profissional direcionam-se não apenas para a preparação para o mercado de trabalho, mas, fundamentalmente, buscam adaptar a classe trabalhadora à atual forma da sociabilidade do capital, aplacando o conflito social gerado pelo crescimento do desemprego e emprego precário, pelo aumento da pobreza e desigualdade (PARANHOS, 2013, p. 39).

Com base em Paranhos entendemos que na medida em que o capitalismo desenvolve-se as políticas de educação profissional se modificam de maneira a ajustar a classe trabalhadora às demandas do capital. Atualmente, o capital se baseia sobre a Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 1989) e Capital Social. Em relação ao primeiro, entende-se que a educação tem um papel fundamental para manter a ordem social estabelecida através da conformação do trabalhador a atual conjuntura do trabalho e das relações produtivas, além de trazer ganhos significativos com a qualificação do trabalhador. Em meio a esta teoria surge o conceito de Pedagogia das Competências (PERRENOUD, 2000), que coloca a responsabilidade do desemprego nos indivíduos e nas suas competências a fim de ofuscar o descontrole do mercado de trabalho capitalista. Já em relação a segunda, utilizando a mesma estratégia de responsabilização individual enfraquece os movimentos sociais da classe trabalhadora, dificultando sua organização enquanto coletivo.

A fim de regulamentar a Educação Profissional e fragmentá-la, com intuito de imediatizar a formação para atender as novas demandas ocupacionais, o governo FHC revoga o decreto 2.208 de 1997. Este decreto organiza a Educação Profissional nos níveis: a) básico; b) técnico; c) tecnológico.

O decreto 2208/97 desvincula a Educação Profissional do Ensino Médio a fim de separar o ensino técnico do ensino propedêutico oferecido necessariamente a burguesia. Conforme o decreto afirma: “Art. 5º - A Educação Profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente ou sequencial a este” (BRASIL, 1997).

Essa separação ocorre por interesse capitalista em imediatizar a formação da classe trabalhadora e oferecer uma educação de qualidade para a hegemonia.

Em 2004, Luís Inácio Lula da Silva revoga o decreto 2208/97 com a promulgação do decreto 5.154, em que regata a perspectiva do ensino médio integrado, uma educação politécnica. O decreto 5154/2004 organiza a Educação Profissional de modo a flexibilizar sua relação com o Ensino Médio, da seguinte forma: a) integrada – formação geral e formação técnica integrada; b) concomitante – formação geral em uma instituição e formação profissional em outra; c) subsequente – formação profissional após conclusão do Ensino Médio.

Porém a Educação Profissional não obteve avanços concretos no sentido de instaurar uma educação politécnica, a dualidade educacional aprofundou-se e a diferenciação entre as instituições fortaleceu a distinção entre público e privado, considerando o público desvalorizado em detrimento do privado.

Essa dualidade é presente na educação até os dias de hoje. Na educação profissional este caráter se torna ainda mais relevante, pois a hegemonia tem o interesse de oferecer a classe trabalhadora um ensino interessado e imediatista, e para os seus um ensino propedêutico e de qualidade que assegure estudos posteriores, como por exemplo, ingresso em universidade pública.

Porém a Educação Profissional não obteve avanços concretos no sentido de instaurar uma educação politécnica, a dualidade educacional aprofundou-se e a diferenciação entre as instituições fortaleceu a distinção entre público e privado, considerando o público desvalorizado em detrimento do privado, essa dualidade é presente na educação até os dias de hoje. Na educação profissional este caráter se torna ainda mais relevante, pois a hegemonia tem o interesse de oferecer a classe trabalhadora um ensino interessado e imediatista, e para os seus um ensino propedêutico e de qualidade que assegure estudos posteriores, como por exemplo, ingresso em universidade pública. Entendemos que a Rede FAETEC atua neste sentido a fim de conformar os trabalhadores ao mundo do trabalho cada vez mais precário, encará-lo de forma natural atribuindo a si mesmo a responsabilidade de sua formação e inserção no mercado de trabalho.

2.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO, FILOSOFIA DA PRÁXIS E FETICHE DA PRÁTICA

Não podemos tratar estágio supervisionado sem tratar de práxis, pois a atividade conta com uma intrínseca relação entre teoria e prática. A práxis consiste na “prática *como fim da teoria*” (SANCHES-VASQUEZ, 2011, p. 258), porém a prática e a teoria não explicam a práxis,

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade na sua totalidade). A práxis não é atividade prática contraposta a teoria; é a determinação da existência humana como elaboração da realidade (KOSIK, 1976, p. 202).

Dessa forma, a prática e teoria não são divergentes, nem uma superior a outra, mas se relacionam de forma intrínseca no homem e a práxis se articula como o homem em sua totalidade, “a práxis articula como todo o homem e o determina na sua totalidade. A práxis não é uma determinação exterior do homem [...]” (KOSIK, 1976, p. 202-203). É através da práxis que compreendemos a realidade em sua totalidade, portanto quando o aluno participa de uma atividade ela deve ser capaz de propiciar profundas reflexões através da práxis para conhecimento da realidade e transformação da mesma. No nosso caso, o estágio supervisionado deve ser um momento de aprendizagem em que o aluno exerça a práxis para construção de conhecimentos da área de seu curso.

Em contrapartida, existe o pensamento do senso comum, o pragmatismo, para ele a prática se basta a si mesmo e sua relação acontece de forma acrítica (SANCHES-VASQUEZ, 2011, p. 242), como se fosse uma religião, uma questão de fé.

A consciência simples se vê a si mesma em oposição à teoria, já que a intromissão dessa no processo prático lhe parece perturbadora. A prioridade absoluta corresponde à prática, e tanto mais corresponderá quanto menos impregnada estiver de ingredientes teóricos. Por isso, o ponto de vista do “senso comum” é o praticismo; prática sem teoria, ou com um mínimo dela (SANCHES-VASQUEZ, 2011, p. 242).

Com base no conceito de práxis, entendemos que o estágio é o período em que o aluno desenvolve uma atividade prática dos conhecimentos adquiridos no curso e concomitantemente reflete sobre a prática e teoria, entendendo que teoria e prática são elementos indissociáveis, dessa forma, o estágio complementa a formação profissional (KOSIK 2010, MÉSZAROS 2008, PARANHOS 2013, SANCHES-VÁZQUEZ 2011 E SOUZA 2013; 2016).

Entendemos que estágio supervisionado é um momento de aprendizagem em que o estudante desenvolve atividades práticas em um ambiente produtivo, refletindo a prática com base na teoria e refletindo a teoria com base na prática, desse modo teoria e prática são indissociáveis e fundamentais para a construção de conhecimento, complementando sua formação. Ratificando esta ideia:

O estágio supervisionado é uma prática pedagógica que tem como propósito mediar a relação entre o ambiente escolar e o ambiente do trabalho, de modo a confrontar aspectos teóricos e práticos vivenciados no ambiente escolar com os mesmos aspectos vivenciados no ambiente produtivo, de modo a suscitar reflexões sobre este confronto que, uma vez sistematizadas, têm efeito pedagógico complementar à formação para o trabalho (SOUZA, 2018b, p. 7).

Portanto, o papel fundamental do estágio consiste na unificação entre teoria e prática cujo objetivo central é a produção de conhecimento através da práxis. De modo que se o estágio supervisionado ocorre de maneira contrária não oferece contribuições importantes para a formação do técnico e tecnólogo, aliás, desta forma o estágio supervisionado entra em processo de precariedade assim como o mundo do trabalho atual. Deixando margem para difusão do consenso hegemônico a fim de conformar a classe trabalhadora à precariedade do trabalho e desemprego estrutural (SOUZA, 2018b).

Conforme Souza (2018b), o fetiche da prática consiste na concepção de que a prática é o sentido da atividade laboral, encarando a prática como o elemento que consolida a formação do técnico e tecnólogo de modo que dá sentido a própria formação. Desta forma, chegamos a concepção pragmática e imediatista de educação, no praticismo presente no senso comum (SANCHES-VASQUEZ, 2011, p. 242), quando a instituição educativa e o estudante concebe o estágio como uma

atividade prioritariamente prática, o desenvolvimento da atividade perde seu caráter formativo e crítico através da práxis bem como torna ilegítimo o conhecimento teórico apreendido no curso e conformando o estudante ao contexto do ambiente produtivo em que o mesmo realiza o estágio.

3. O FETICHE DA PRÁTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA REDE FAETEC

Neste capítulo, analisaremos os documentos oficiais da Rede FAETEC com base no quadro teórico apresentado no capítulo anterior a fim de explicitar o seu funcionamento, objetivo, metas e realização do estágio supervisionado atendendo assim os objetivos estabelecidos para este trabalho.

3.1. ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO: ETE REPÚBLICA

A Escola Técnica Estadual República se localiza na sede da FAETEC no Campus Quintino. Esta instituição de ensino atualmente oferta 15 cursos técnicos de nível médio nas modalidades concomitante, integrado e subsequente, são eles: 1) Eletrônica concomitante; 2) Eletrônica integrado; 3) Eletrônica subsequente; 4) Enfermagem concomitante; 5) Informática concomitante; 6) Informática integrado; 7) Informática para internet integrado; 8) Informática subsequente; 9) Mecânica concomitante; 10) Mecânica integrado; 11) Mecânica subsequente; 12) Produção de moda subsequente; 13) Telecomunicações concomitante; 14) Telecomunicações integrado; 15) Telecomunicações subsequente (FAETEC, 2018).

Figura 2- Escola Técnica Estadual República Fonte: R7, 2016.



Segundo o último censo, a unidade teve 1350 alunos matriculados no ensino técnico de nível médio e contou com uma equipe de 250 profissionais no ano de 2017 (QEDU, 2017), esses dados expressam a quantidade de estudantes da classe trabalhadora que obtiveram acesso ao ensino técnico nesta unidade, porém o acesso a certificação não constitui acesso ao conhecimento e a emancipação humana.

3.1.1. Regimento Norteador das Unidades Escolares da Educação Básica/Técnica da Rede FAETEC

Este documento rege todas as atividades educativas da educação básica e técnica da FAETEC, que abrangem os seguintes níveis e modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Especialização de Nível Técnico, Educação Especial, Educação a Distância e Educação de Jovens e Adultos. Portanto, todas as escolas de educação básica técnica da Rede FAETEC deve seguir estas normas.

O Ensino Médio será ofertado articulado à educação profissional, podendo ser concomitante interno ou externo com organização curricular própria e independente do Ensino Médio, organizada de forma presencial ou a distância, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, seja na mesma instituição ou em distintas instituições de ensino, oferecida conforme Edital do concurso de ingresso e legislação vigente, integrado organizado de forma presencial ou a Distância, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica, oferecida conforme Edital de ingresso e legislação vigente ou subsequente organizado de forma presencial ou a distância, ofertada a quem já tenha concluído o Ensino Médio, oferecida conforme Edital de concurso de ingresso, na forma da legislação vigente (FAETEC, ano desconhecido, p. 9-10).

Segundo o documento, no Art. 53, o Setor de Estágio é o órgão da UE responsável por planejar, organizar e dar encaminhamentos relativos ao estágio supervisionado. (FAETEC, ano desconhecido, p. 13), cabe ao setor de estágio da

instituição de ensino realizar e acompanhar todas as etapas do estágio supervisionado desde a proposta de estágio até a entrega dos relatórios finais.

Em relação ao estágio supervisionado o documento afirma que o setor de estágio deverá ser composto por um orientador educacional que exercerá a função de coordenador de estágio, indicado pela direção da unidade escolar, um agente administrativo e um professor orientador de estágio por curso técnico de nível médio (FAETEC, ano desconhecido, p. 14).

Notamos que o documento se prende aos aspectos protocolares do estágio bem como o termo de compromisso e entrega de relatórios, de modo que professor orientador do estágio deve acompanhar as atividades que o estudante realiza na empresa, porém o mesmo possui como referência apenas o plano e relatório de estágio, pois o mesmo não acompanha de fato as atividades desenvolvidas pelo educando na atividade de estágio. Verificamos em visita a unidade que para toda uma unidade educativa existe apenas um professor supervisor de estágio, o que não lhe dá condições de fazer um acompanhamento eficaz e discutir os conhecimentos adquiridos pelo estudante no estágio, dessa forma tudo o que foi apreendido pelo mesmo no ambiente produtivo não é discutido e encarado de forma crítica, o que revela a presença do “Fetichismo da Prática” no estágio supervisionado, pois o saber adquirido no ambiente produtivo é considerado um dogma que não necessita de reflexão e discussão, ele é apenas encarado como mais relevante que o conteúdo teórico do curso e o que confere a empregabilidade necessária ao técnico, dessa forma o professor supervisor passa a exercer apenas a função protocolar assim como o trabalho da divisão de estágio e o capital dita qual prática é necessária ao técnico de nível médio.

3.1.2. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Criado em 2008 o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos tem o objetivo de orientar as instituições e estudantes sendo um referencial para o planejamento dos planos de cursos técnicos de nível médio, encontra-se em sua 3ª edição com orientações além de agrupar 227 cursos técnicos por eixos tecnológicos (BRASIL, 2016b, p. 8). Este documento apresenta qual o perfil de profissional

vinculado a cada curso técnico, infraestrutura desejada bem como campo de atuação do profissional. Fica evidente neste documento a presença do “Fetice da Prática” na própria organização dos cursos técnicos, pois os mesmos são moldados conforme as metamorfoses do mercado de trabalho.

Entendemos que desta forma, os cursos técnicos da Rede FAETEC estão pautados na “Pedagogia das Competências” e na “TCH”, pois a formação se dá por meio de acesso aos saberes e competências que o próprio setor produtivo necessita para desenvolvimento econômico e aumento de lucratividade. Se não bastasse, o capital ainda, utiliza-se da mesma ferramenta para conformar estes mesmos trabalhadores ao desemprego estrutural e as novas formas de trabalho que surgem no novo mundo do trabalho, isto se verifica pelo fato de que são inseridas no currículo conteúdos como empreendedorismo e inovação e protagonismo social que fazem parte do conteúdo ideológico da ofensiva do capital a fim de mediar o conflito de classe, levando o trabalhador a criar os seus próprios meios de sustento.

3.2. ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO: FAETERJ - RIO

A FAETERJ - Campus Rio é uma unidade de educação vinculada a Rede FAETEC, localizada em sua sede no bairro de Quintino Bocaiúva, segundo o discurso oficial possui como objetivo formar profissionais qualificados em análise e desenvolvimento de sistemas de informação, apto a desenvolver aplicações de média e alta complexidade, que exige uma constante atualização para inserção e permanência no mundo do trabalho consciente da sua responsabilidade na sociedade (FAETERJ, 2019b). A instituição oferece o curso de tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas e pós-graduação lato sensu na mesma área com duas linhas de pesquisa: 1) Novas mídias, comunicação e política e 2) Novas mídias, comunicação e educação (FAETERJ, 2019b).

Para conclusão do curso de tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas é necessário cumprir 300 horas de estágio supervisionado, sendo obrigatório para certificação do tecnólogo. O aluno pode realizar o estágio a partir do 3º período, sendo a coordenação de estágio responsável pelo encaminhamento

do discente à empresa e elaboração do termo de compromisso, a instituição de ensino atua mediadora, neste caso a FAETEC (FAETERJ, 2019a).

3.2.1. O Manual do Aluno

O manual do aluno da FAETERJ- Rio é um documento que pretende apresentar todas as normas e tramites burocráticos da instituição aos estudantes, bem como a missão da unidade educativa, responsabilidades dos alunos, procedimentos para realização de matrícula, normas para cumprimento de estágio supervisionado, normas para atendimentos especiais, entre outros. Ao tratar sobre a própria criação da Educação superior na Rede FAETEC, a instituição deixa claro qual seu ideal de formação profissional, veja:

A necessidade de oferecer uma formação mais significativa, atual, inovadora e aproximada foi **a pedra angular que norteou** o desenvolvimento, criação e expansão do Ensino Superior na FAETEC (FAETERJ, 2018, p. 4, grifo nosso).

Deste modo, fica evidente a necessidade do capital de reduzir a formação à partir do ambiente produtivo e de forma aligeirada sob o argumento de que tais mudanças são inovadoras e trazem grandes benefícios para o trabalhador que consegue adquirir uma certificação em nível superior em menor tempo.

Em relação ao estágio supervisionado o aluno deve solicitar a realização do estágio a partir do 3º período letivo a coordenação de estágio no setor estágio denominado Divisão de Estágio (DIVEST), o estágio será coordenado por professores designados para orientação e supervisão, os quais são responsáveis por acompanhar as atividades do aluno desde da assinatura do termo de compromisso até a entrega de relatórios. Os estágios podem ocorrer em instituições públicas ou privadas em instituição que sejam capazes de proporcionar experiência na área de formação dos estudantes (FAETERJ, 2018).

3.2.2. Regimento Interno

A FAETERJ – Rio é regida pelo Regimento Interno da Faculdade de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro conforme legislação vigente e

complementar que regulam o Ensino Superior no Brasil. A FAETEC é responsável por manter a instituição bem como responder legalmente por casos de danos ao seu patrimônio ou processo jurídico e administrativo. A instituição pode ofertar educação profissional tecnológica em todos os níveis e modalidades

Art.5º. A FAETERJ - Rio de Janeiro como instituição de ensino superior, tem por finalidades e características: I. Ofertar educação profissional tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional; II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo da geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de sua atuação; IV. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica; V. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VI. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o **empreendedorismo**, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. VIII. Elaborar projetos para posterior formalização de instrumentos jurídicos entre a FAETEC, municípios, universidades e empresas, para o desenvolvimento de pesquisas e a utilização de campo de estágio curricular (FAETEC, 2012, p. 2-3, grifo nosso)

Fica evidente a preocupação da educação profissional ofertada pela FAETERJ a preocupação com o setor produtivo da localidade, no caso é prevista a inserção desses jovens tecnólogos na economia local. O inciso VII aponta como finalidade da instituição educativa a realização e estímulo ao empreendedorismo, dessa forma toda a prática educativa da instituição deve fomentar o empreendedorismo, incentivando os estudantes a tomarem a iniciativa para abertura de novos negócios ou criarem inovações em empresas já existentes.

Para a FAETERJ – Rio “O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para

o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular” (FAETEC, 2012, p. 29).

O regimento interno aponta a instituição de ensino como responsável pelo desenvolvimento do estágio, portanto se o aluno não estiver no setor produtivo com experiência de aprendizagem para complementar sua formação, a instituição deve tomar as devidas providências e zelar pelo bem estar dos estudantes, conforme “Art.30. A Coordenação de Estágio é responsável pela realização das atividades de prática, estágio supervisionado, bem como atividades acadêmico-científico-culturais” (FAETEC, 2012, p. 13).

O coordenador de estágio deve acompanhar e supervisionar as propostas das atividades de estágio supervisionado e a realização do estágio a fim de garantir o cumprimento dos objetivos propostos para a atividade educativa proposta no plano de curso, pois o mesmo só é obrigatório quando definido pela instituição no plano de curso, sobre isto:

Art.31. São atribuições do Coordenador de Estágio: I. Definir, implementar e acompanhar a proposta das atividades de estágio supervisionado; II. Planejar e acompanhar ações de caráter cultural e de iniciação científica; III. Estabelecer critérios de avaliação do processo de estágio supervisionado; IV. Orientar e supervisionar as atividades do estágio supervisionado realizado em instituições e/ou empresas conveniadas, que ofereçam condições para o exercício profissional do aluno; V. Promover o desenvolvimento de todas as finalidades e objetivos da FAETERJ-Rio de Janeiro, no âmbito de suas atribuições; VI. Elaborar relatório de atividades ao término do período (FAETEC, 2012, p. 13-14)

No Parágrafo Único, segundo a FAETERJ-Rio o currículo deve ser composto por disciplinas teóricas e práticas, sendo que a disciplina considerada prática mais utilizada nas instituições educativas é o estágio supervisionado.

Parágrafo Único: São considerados cursos de graduação os de tecnologia, os de licenciatura e os de bacharelado. Art.62. O curso de graduação tem o seu currículo pleno integrado por disciplinas de natureza teórica e prática, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (FAETEC, 2012, p. 21).

3.2.3. Matriz Curricular

Neste item, analisaremos a matriz curricular do curso de análise e desenvolvimento de sistemas da FAETERJ-Rio. Como não foi possível colocar a matriz curricular na íntegra porque o documento em PDF é bloqueado para edição e cópia, disponível apenas para leitura.

Quadro 4 - Grade Curricular do Curso em Análise de Sistemas 2018 – FAETERJ/Rio			
Disciplinas	Sigla	Créditos	Pré-requisitos
1º Período			
Fundamentos de Algoritmos de Computação	1FAC	4	
Introdução à Análise de Sistemas	1IAS	4	
Interface Homem-Máquina	1IHM	2	
Língua Portuguesa	1LPO	4	
Matemática Básica	1MAB	4	
Matemática para Computação	1MAC	4	
Organização de Computadores	1ORG	4	
2º Período			
Cálculo	2CAL	4	20 créditos
Construção de Aplicações WEB	2CAW	4	1IHM
Fundamentos de Programação	2FPR	4	1FAC
Língua Estrangeira	2LLS	2	1LPO
Métodos e Processos Administrativos	2MPA	2	20 créditos
Engenharia de Requisitos	2RLQ	4	1IAS
Fundamentos de Sistemas Operacionais	2SPO	4	1ORG
Técnicas e Paradigmas Humanos	2TPH	4	20 créditos
3º Período			
Álgebra Linear	3ALG	4	2CAL
Desenvolvimento de Tecnologias WEB	3DAW	4	2CAW
Estrutura de Dados	3ESD	4	2FPR
Projeto de Banco de Dados	3PBD	4	40 créditos
Programação Orientada a Objetos Básica	3POB	4	2FPR
Fundamentos de Redes e Sistemas Distribuídos	3RSD	4	2SOP
4º Período			
Tópicos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4ADS	4	2REQ
Empreendedorismo e Inovação	4EMP	2	60 créditos
Estatística e Probabilidade	4EST	4	2CAL, 1MAC
Utilização de Bancos de Dados	4UBD	4	3PBD
Programação Orientada a Objetos Avançada	4POA	4	3POB
Metodologia de Pesquisa	4MET	2	60 créditos
Modelagem de Sistemas	4MOD	4	2REQ
Segurança da Informação	4SEG	4	3RSD

Linguagem Brasileira de Sinais (Opcional)	4LIB	2	60 créditos
5º Período			
Gerência e Projeto de Sistemas	5GPS	2	80 créditos
Programação de Dispositivos Móveis	5PDM	4	4POA
Projeto de Sistemas	5PJS	4	4MOD
Programação de Scripts de Banco de Dados	5SBO	4	4UBD
Tópicos Avançados	5TAV	4	80 créditos
Orientação de Trabalho Final de Curso	5TFC	2	4MET

Fonte: FAETERJ, 2018.

O curso de análise e desenvolvimento de sistemas tem a duração de cinco períodos letivos. Na figura 3 é possível visualizar as disciplinas do 1º e 2º período. No 1º período o aluno realiza seis disciplinas com quatro créditos e uma com dois créditos, esta etapa é constituída de disciplinas introdutórias a área de conhecimentos em desenvolvimento de sistemas. No 2º período são realizadas oito disciplinas, sendo seis disciplinas com quatro créditos e duas com dois créditos.

No 4º período o aluno realiza dois créditos da disciplina *Empreendedorismo e Inovação*, um conceito completamente afinado com o que aponta o nosso quadro teórico, uma concepção que visa indicar o trabalhador como responsável por ser capaz de empreender sua força de trabalho para aquisição de renda através de “soluções inovadoras” no setor produtivo, dessa forma quando o tecnólogo conclui o curso encara a precariedade do mundo do trabalho com naturalidade, entendendo o desemprego como falta de qualificação ou negligenciando um emprego formal por iniciativas empreendedoras como abertura de pequenos negócios, em geral esses profissionais acabam por desenvolver serviços de suportes técnicos em informática em sua própria comunidade. É interessante salientar o destaque dado ao empreendedorismo que assume tamanha relevância ao se fazer necessário criar uma disciplina exclusiva no curso de Análise e desenvolvimento de sistemas. Entendemos que isso se dá ao fato de que uma parcela de estudantes formados por este curso está fadada ao desemprego estrutural, dessa forma o próprio estudantes é conformado a aceitar sua condição social e contentar-se com suas próprias iniciativas retirando toda a responsabilidade do Estado e “jogando nos ombros” do próprio trabalhador.

Ao fim do curso, no 5º período, o aluno apresente um trabalho final para conclusão do mesmo, correspondente a dois créditos. Nesta matriz curricular não aparece o estágio supervisionado como componente curricular obrigatório, porém no site oficial da FAETERJ-Rio encontra-se a informação de que são obrigatórias para a conclusão do curso o cumprimento de 300 horas de estágio supervisionado, em visita a instituição verificamos que para conclusão do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas é obrigatório o cumprimento da atividade de estágio.

3.2.4. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia

O *Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia* foi lançado em 2006 para atualizar periodicamente os cursos superiores tecnológicos a dinâmica do setor produtivo de forma que esses cursos atendam as suas demandas (BRASIL, 2016a, p. 7), temos aqui mais um fator que evidencia a pedagogia do mercado nos cursos superiores de tecnologia, pois periodicamente o mercado aponta quais as modificações são necessárias em que área produtiva de acordo com os seus eixos tecnológicos, mais uma vez a ótica do capital em formar com base na pedagogia das competências e na teoria do capital humano nos revela a prática educativa destas instituições como interessada, imediatista e pragmática.

Neste tópico analisaremos o que o *Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia* prevê especificamente para o curso superior de tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas. Segundo o catálogo a aluno concluinte:

Analisa, projeta, desenvolve, testa, implanta e mantém sistemas computacionais de informação. Avalia, seleciona, especifica e utiliza metodologias, tecnologias e ferramentas da Engenharia de Software, linguagens de programação e bancos de dados. Coordena equipes de produção de softwares. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação (BRASIL, 2016a, p. 52).

O campo de atuação do tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas segundo o catálogo são empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assistência técnica e consultoria, empresas de tecnologia, empresas em geral (indústria, comércio e serviços), organizações não-governamentais, órgãos

públicos, institutos e centros de pesquisa, instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente (BRASIL, 2016^a, p. 52).

Dessa forma as instituições de ensino devem planejar o curso de tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas de modo que o mesmo seja capaz de atuar nas áreas pré-estabelecidas, desta forma o estudante já possui uma inserção bem específica no mercado de trabalho e quando o mesmo não consegue ele se responsabiliza por seu fracasso, pois acredita que não possui as competências que o mercado precisa, falseando a realidade excludente do capitalismo.

CONCLUSÃO

Concluimos que a própria instituição da Rede FAETEC no ano de 1997, no mesmo período em que o neoliberalismo é aderido no Brasil e a educação profissional é acionada para formar e conformar os trabalhadores de novo tipo já nos dá indícios de que o intuito da ação educativa da instituição é justamente formar trabalhadores de novo tipo que possam atuar no mercado de trabalho local e também conformá-los a precariedade do novo mundo do trabalho. Porém não podemos negar que neste processo há uma ampliação do acesso ao conhecimento destinada à classe trabalhadora mesmo que este processo ocorra por interesses da classe dominante, conforme nos aponta Frigotto (1989, p. 181) a escola é funcional aos interesses da burguesia, mas também é neste espaço de disputa que se serve a classe trabalhadora.

Com a concepção neoliberal presente em todo o processo de criação da Rede, coerentemente a mesma atua com base numa educação interessada, imediatista e pragmática, seu interesse principal explícito pelos documentos institucionais é formar profissionais capazes de atuar no mercado de trabalho local e empreender, isto é, aqueles que ingressarem no mercado de trabalho são utilizados como força de trabalho acrítica, completamente moldados aos requisitos do ambiente produtivo no curso técnico e tecnológico, principalmente pela atividade de estágio, e aqueles que não ingressarem no mercado de trabalho possui uma formação que lhe “garante” inovar e empreender de forma protagonista meios de garantir rentabilidade e encaram com naturalidade o desemprego, os contratos temporários assim como todo e qualquer tipo de relação de trabalho.

O Fetiche da prática assume nesse processo um fator primordial, pois através desta concepção na prática educativa da Rede FAETEC nos cursos técnicos e tecnológicos é que os professores e estudantes são levados ao imediatismo e pragmatismo, por acreditar que a prática é o fator principal da formação profissional

e prática esta dita pelo próprio mercado de trabalho, ou seja, o próprio capital dita quais são as práticas necessárias aos estudantes de cursos técnicos e tecnológicos garantindo a manutenção de sua hegemonia.

Considerando num âmbito mais amplo é possível afirmar que a Educação promovida pelo Estado neoliberal como um todo cumprem duas funções formar quadros com os requisitos necessários para o setor produtivo e conformar uma parcela de trabalhadores ao novo mundo do trabalho cada vez mais precário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2009. 288 p.

ANTUNES, Ricardo. PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017 (Coleção questões da nossa época; v. 58).

_____, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2009. 287p.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. República federativa do Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de regulação e supervisão da educação superior, Secretaria de educação profissional e tecnológica. Brasília, Distrito Federal: 3ª edição, 2016a, 194 p.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. República federativa do Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de regulação e supervisão da educação superior, Secretaria de educação profissional e tecnológica. Brasília, Distrito Federal: 3ª edição, 2016b, 290 p.

_____. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em 15/04/2016.

_____. **LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis ns. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras

providências. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm acessado em 03/07/2015 às 12:00 horas.

_____. Câmara dos deputados. Frente parlamentar evangélica. **Manifesto à nação: O Brasil para os brasileiros**. República Federativa do Brasil, 2018. 60 p.

_____. **Parecer nº436, de 02 de abril de 2001**. Brasília: 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ene/arquivos/pdf/CES0436.pdf>, acesso em 05 de junho de 2017.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica. Brasília, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17417&Itemid=866 acessado em 03/07/2015 às 12:00 horas.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995**. (PDF internet)

_____. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996. 360p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. 611 p.

CELSO PANSERA. **FAETEC um legado ameaçado**. Acesso em 15 de janeiro de 2019, disponível em <http://celsopansera.com.br/151/>, 2015.

DICIO, Dicionário Online de Português. **Empreendedorismo**, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/empreendedorismo/> Acesso em 20 de janeiro de 2019.

_____. **Empregabilidade**. 2009. Disponível em <https://www.dicio.com.br/empregabilidade/> Acesso em 20 de janeiro de 2019

_____. Protagonismo Social

FAETEC. **Apresentação FAETEC**. Acesso em 20/06/2018, disponível em <http://www.faecet.rj.gov.br/index.php/institucional/apresentacao-faecet.2018>, 2018.

_____. **Cursos da rede FAETEC.** Acesso em 20 de outubro de 2018 disponível em <http://www.slideshare.net/secret/fKeHqLSGEI7CZz>, 2016.

_____. **Ensino superior.** Acesso em 20 de outubro de 2018 disponível em http://intranet.faetec.rj.gov.br/sca/index_faetec.php?pag=views/faetec.consulta_nivelensino.publico.php&nivel=6 . Data desconhecida A.

_____. **Pós-graduação.** Acesso em 20 de outubro de 2018 disponível em http://intranet.faetec.rj.gov.br/sca/index_faetec.php?pag=views/faetec.consulta_nivelensino.publico.php&nivel=7. Data desconhecida B.

_____. **Regimento Interno Faculdade de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – FAETERJ-Rio.** Governo do Estado do Rio De Janeiro. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Fundação de Apoio À Escola Técnica. Diretoria de Educação Superior. Faculdade de Educação Tecnológica do Estado Do Rio De Janeiro. Rio de janeiro, 13 de setembro de 2012.

_____. **Regimento Norteador das Unidades Escolares da Educação Básica / Técnica da Rede FAETEC.** Acesso em 15 de janeiro de 2019 disponível em <http://etejk.com.br/wp-content/uploads/2015/09/regimento.pdf> [PDF] 56p.

FAETERJ. **Estágio supervisionado.** Acesso em 23 de janeiro de 2019, disponível em <http://www.faeterj-rio.edu.br/estagio-curricular-supervisionado/> 2019a

_____. **Manual do aluno – Versão 4.** Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ). 14 páginas. [PDF] Disponível em: http://www.faeterj-rio.edu.br/campusvirtual/pluginfile.php/3804/mod_page/content/1/ManualdoAluno-FAETERJ-Rio-versao%204.pdf Acesso em 30 de novembro de 2018.

_____. **Quem somos.** Acesso em 23 de janeiro de 2019, disponível em <http://www.faeterj-rio.edu.br/institucional/sobre/historia-missao-visao-infraestrutura/> 2019b.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VALERA, Aida. **A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira.** Sciello, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2017000300091 Acesso em 20 de janeiro de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre Educação e estrutura econômico-social capitalista. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **O moderno príncipe**. Cadernos do Cárcere, volume 3. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. [Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves] São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich August von. **Caminhos da Servidão**. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230 p.

KUENZER, A. Z. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola**, 2002. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/acacia_kuenzer_conhec_comp_etrab Acesso em 10 de abril de 2019.

MANCEBO, Deise. **Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014)**. Apud: Política de educação superior brasileira: apontamentos e perspectivas. Orgs: João dos Reis, José Rothen, José Vieira e Mário Azevedo. Minas Gerais: Fino Traço, 2017. 259 p.

MARTINS, Sergio Pinto. **Estágio e relação de emprego**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012, p. 121.

MÉSZÁROS, Istiván. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. 77p.

_____. **Crise estrutural do capital**. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011. 159 p.

PARANHOS, Michelle. Organismos internacionais e a política de educação profissional brasileira. **Anais/Seminário de Pesquisa: a crise da sociabilidade do capital e a produção do conhecimento**, Rio de Janeiro, 3 e 4 de dezembro de 2009; Coordenadores: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos. Rio de Janeiro: UFF, UERJ e EPJIV, 2013, p. 27-41.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar** - trad. Patrícia Chittoni Ramos, Porto Alegre, Artmed, 2000.

QEDU. **ETE República: Matrícula e infraestrutura**. Disponível em <https://www.qedu.org.br/escola/169038-ete-republica/sobre> acesso em 25 de janeiro de 2019 às 17 horas. 2017

R7. **Alunos da FAETEC desocupam unidades nesta quarta**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em : <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/alunos-de-faetec-desocupam-unidades-nesta-quarta-06072016> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001, 320p.

REIS, Jair Teixeira dos. **Relações de trabalho: Estágio de estudantes**. 2ª Edição, São Paulo: LTr, 2012, p. 194.

RIO DE JANEIRO, **Lei nº 1176, de 21 de julho de 1987**. Autoriza o poder executivo a instituir a fundação de apoio à escola técnica do estado do rio de janeiro - faetec. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/151552/lei-1176-8> Acesso em 20/08/2018.

SANCHES VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 448 p.

SOUZA, José dos Santos. A educação profissional no contexto da reengenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda: novos e velhos mecanismos de manutenção da hegemonia burguesa no governo FHC. **Trabalho Necessário**, ano 11, nº 16, Jan.-Jun./2013.

_____. **Curso superior de tecnologia: graduação de curta duração para atender de forma mais imediata as demandas do mercado.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em

<http://trabalhopoliticaesociedade.blogspot.com.br/search?q=Cursos+superiores+de+tecnologia&m=1> acesso em 05/02/2017.

_____. **Desafios do Trabalho Docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros.** In: MAUÉS, Olgaíses Cabral. SOUZA, José dos Santos. SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. (Org.). *Expansão da Educação Superior: formação e trabalho docente.* Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2015, p. 65-85.

_____. **Estado, sociedade civil e políticas públicas para a formação humana no capitalismo: algumas referências analíticas acerca da política educacional.** SARTÓRIO, Lucia A. Valadares; LINO, Lucília A.; SOUZA, Nádia M. P. (Orgs.). *Política educacional e dilemas do ensino em tempos de crise: juventude, currículo, reforma do ensino e formação de professores.* São Paulo: Livraria da Física, 2018a.

_____. **Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio.** *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 16, n. 1, p. 123-140, jan./abr. 2018, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00095>>, acesso em 15/09/2018b.

_____. **O recrudescimento da teoria do capital humano.** In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, IV. 2005, Campinas (SP). *Anais...* Campinas (SP): CEMARX/IFCH, 2005.

_____. **Apresentação do Dossiê: a reforma neoliberal da formação para o trabalho no Brasil.** *Retta*, Ano I, Nº 01, p. 13-20, janeiro/junho de 2010. Dossiê: Reforma do Ensino Técnico e Tecnológico no Brasil.

_____. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil – anos 90.** Campinas (SP): Autores Associados, 2002. 223 p. 17

_____; ARAÚJO, Renan. **Trabalho, Educação e Sociabilidade.** Maringá: Práxis: Massoni, 2010, p. 133–157.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001, 121p.

SILVA, Vanessa Soares Teixeira da. **Concepções de alunos da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica acerca do estágio supervisionado na formação de técnicos de nível médio**. Nova Iguaçu (RJ): 2016. Monografia [Licenciatura em Pedagogia] – Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ.

TIRADENTES, Aparecida de Fátima. **Pedagogia do Mercado: Neoliberalismo, Trabalho e Educação no Século XXI**. RJ, IBIS LIBRIS, 2013.